

Relatório e

CONTAS

CONSOLIDADAS

2025



UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

Relatório e Contas Consolidadas

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Gestão da Universidade dos Açores submete à apreciação dos Senhores Membros do Conselho Geral o RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONSOLIDADO, as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS e as DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS relativas ao exercício de 2025.

índice

1. Introdução	6
2. Missão/Objetivos	7
3. O Grupo UAc em Números	8
4. Atividade do Grupo UAc	13
4.1. Ensino	13
4.2. Formação Complementar	15
4.3. Academia Sénior	16
4.4. Academia Júnior	17
4.5. Academia das Artes	18
4.6. Mobilidade	19
4.7. Celebrações do Cinquentenário da UAc e Outras Iniciativas	20
4.8. Ação Social	21
4.9. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	26
4.10. Infraestruturas Tecnológicas e Edificado	32
5. Demonstrações Financeiras Consolidadas	34
5.1. Balanço Consolidado	34
5.2. Demonstração dos Resultados Consolidada	35
5.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	36
5.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada	37
5.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	38
6. Demonstrações Orçamentais Consolidadas	65
6.1. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental – Recebimentos	65
6.2. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental – Despesas	66
6.3. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza – Direitos	67
6.4. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza – Obrigações	68
6.5. Anexo às Demonstrações Orçamentais Consolidadas	69
7. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único	73

índice

Figuras - Atividade do Grupo UAc

Figura 1 - Constituição do Grupo UAc - 2025	6
Figura 2 - O Grupo UAc em números - 2025	8
Figura 3 - Balanço por Entidade - 2025 e 2024	9
Figura 4 - Demonstração de Resultados e Indicadores por Entidade - 2025 e 2024	10
Figura 5 - Balanço Consolidado - 2025 e 2024	11
Figura 6 - Demonstração de Resultados e Indicadores Consolidados - 2025 e 2024	12
Figura 7 - Número de Alunos Inscritos por Ciclo de Estudos	13
Figura 8 - Evolução do N.º de Alunos Matriculados pela Primeira Vez no 1.º Ciclo e Preparatórios	14
Figura 9 - Programa Formativo da Academia Sénior	16
Figura 10 - Programa Formativo da Academia Júnior	17
Figura 11 - Eventos realizados no âmbito da Academia das Artes	18
Figura 12 - Formações realizadas no âmbito da Academia das Artes	18
Figura 13 - Evolução do N.º de Mobilidades <i>Incoming</i> , no Âmbito do Programa Erasmus+, entre 2020/2021 e 2024/2025	19
Figura 14 - Evolução do N.º de Mobilidades <i>Outgoing</i> , no Âmbito do Programa Erasmus+, entre 2020/2021 e 2024/2025	20
Figura 15 - Evolução das Receitas de Alojamento em 2025 e 2024	23
Figura 16 - Evolução do N.º de Refeições Servidas nos Refeitórios nos <i>campi</i> de PDL e AH	24
Figura 17 - Número de Consultas de Psicologia, de Psiquiatria, de Medicina Geral e de Nutrição em Ponta Delgada	25
Figura 18 - Número de Consultas de Psicologia e de Medicina Geral em Angra do Heroísmo	25
Figura 19 - Evolução do Total de Novos Contratos de Projetos de I&D por Área Científica	26
Figura 20 - Projetos de I&D - Tipo de Financiamento/Ano - Área das Ciências Naturais e Tecnológicas	27
Figura 21 - Evolução do Total de Novos Contratos de Serviços de I&D por Área Científica	28
Figura 22 - Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano - Área das Ciências Sociais e Humanas	28
Figura 23 - Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano - Área das Ciências Naturais e Tecnológicas	29
Figura 24 - Evolução do Total de Novos Contratos de Outras Iniciativas de I&D por Área Científica	29
Figura 25 - Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano - Área das Ciências Sociais e Humanas	30
Figura 26 - Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano - Área das Ciências Naturais e Tecnológicas	30
Figura 27 - Atividades Desenvolvidas pela InUAc em 2025	31

índice

Tabelas - Atividade do Grupo UAc

Tabela 1 - Número de Candidaturas a Bolsas de Estudo Deferidas e Indeferidas	22
Tabela 2 - Evolução do Número de Bolsas de Estudo Indeferidas por Motivo	22
Tabela 3 - Evolução do Número de Estudantes Bolseiros por <i>Campus</i>	22
Tabela 4 - Evolução do Número de Bolsas de Estudo Atribuídas	23

1. Introdução

O presente Relatório pretende sumariar as principais atividades desenvolvidas em 2025 pelas Entidades que constituem o perímetro de consolidação da Universidade dos Açores (Grupo UAc), isto é, a Universidade dos Açores (UAc), enquanto Entidade-mãe (que inclui no seu âmbito as Unidades Orgânicas, a Reitoria e os seus Serviços), e um conjunto de Entidades Participadas pela UAc em relação às quais são cumpridos os critérios legais de inclusão no referido perímetro de consolidação:

- SASE – Serviços de Ação Social Escolar da UAc;
- Fundação Gaspar Frutuoso, FP (FGF);
- Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal, Lda (Ca).

A estrutura do Grupo UAc apresenta-se como se segue na figura 1:

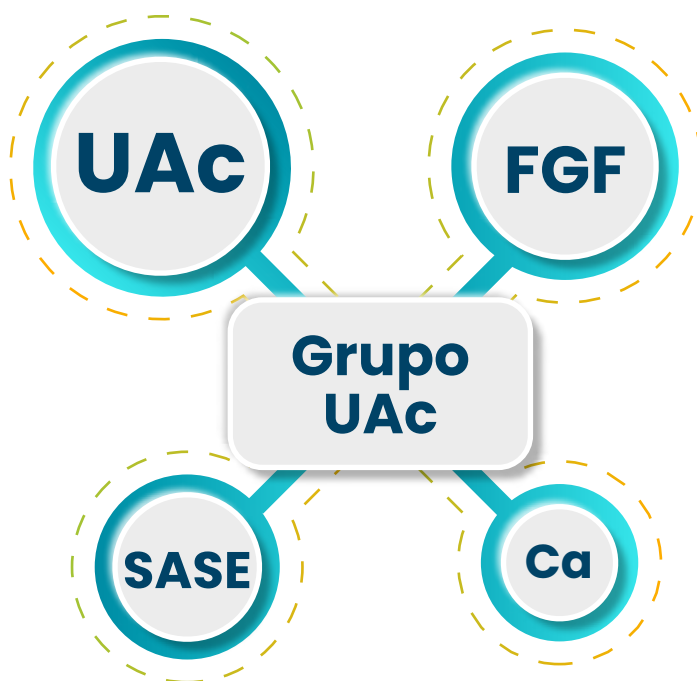


Figura 1 | Constituição do Grupo UAc - 2025

Cada uma das Entidades pertencentes ao Grupo UAc dispõe de órgãos de gestão próprios, que têm igualmente a obrigação legal de disponibilizar a respetiva informação individual.

O detalhe das contas individuais de 2025 de cada uma das Entidades consta dos respetivos Relatórios de Atividades e Contas de 2025.

O presente relatório reporta a atividade consolidada do Grupo UAc pelo que aqui são disponibilizados apenas alguns dados com o propósito de proporcionar uma visão integrada do Grupo.

2. Missão/Objetivos

As quatro Entidades que compõem o Grupo UAc possuem diferentes objetivos e missões, diversificando, assim, o leque de atividades desenvolvidas, bem como os serviços e produtos oferecidos pelo Grupo no seu todo, numa lógica de complementaridade entre as entidades do Grupo.

UAc

A Universidade dos Açores tem por missão criar e difundir cultura, conhecimento e tecnologia, no respeito pela liberdade de pensamento e na valorização do exercício crítico, contribuindo para a educação superior e para a construção de uma sociedade inspirada em valores humanistas, que promova o desenvolvimento sustentável e o bem-estar através do saber, da criatividade, da iniciativa e da cooperação.

FGF

A Fundação Gaspar Frutuoso, no quadro de uma estreita colaboração com a UAc, tem como objetivo fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, de consultoria e de divulgação.

SASE

Os Serviços de Ação Social Escolar têm como missão garantir que nenhum estudante é excluído do sistema de ensino superior por falta de capacidade financeira, apoiando o Estado no objetivo de favorecer o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem-sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados que registem aproveitamento escolar.

Ca

A Chegalvorada tem como objeto social a produção, exploração e gestão agrícola das estações experimentais da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores, no apoio às atividades de ensino e de investigação.

3. O Grupo UAc em Números

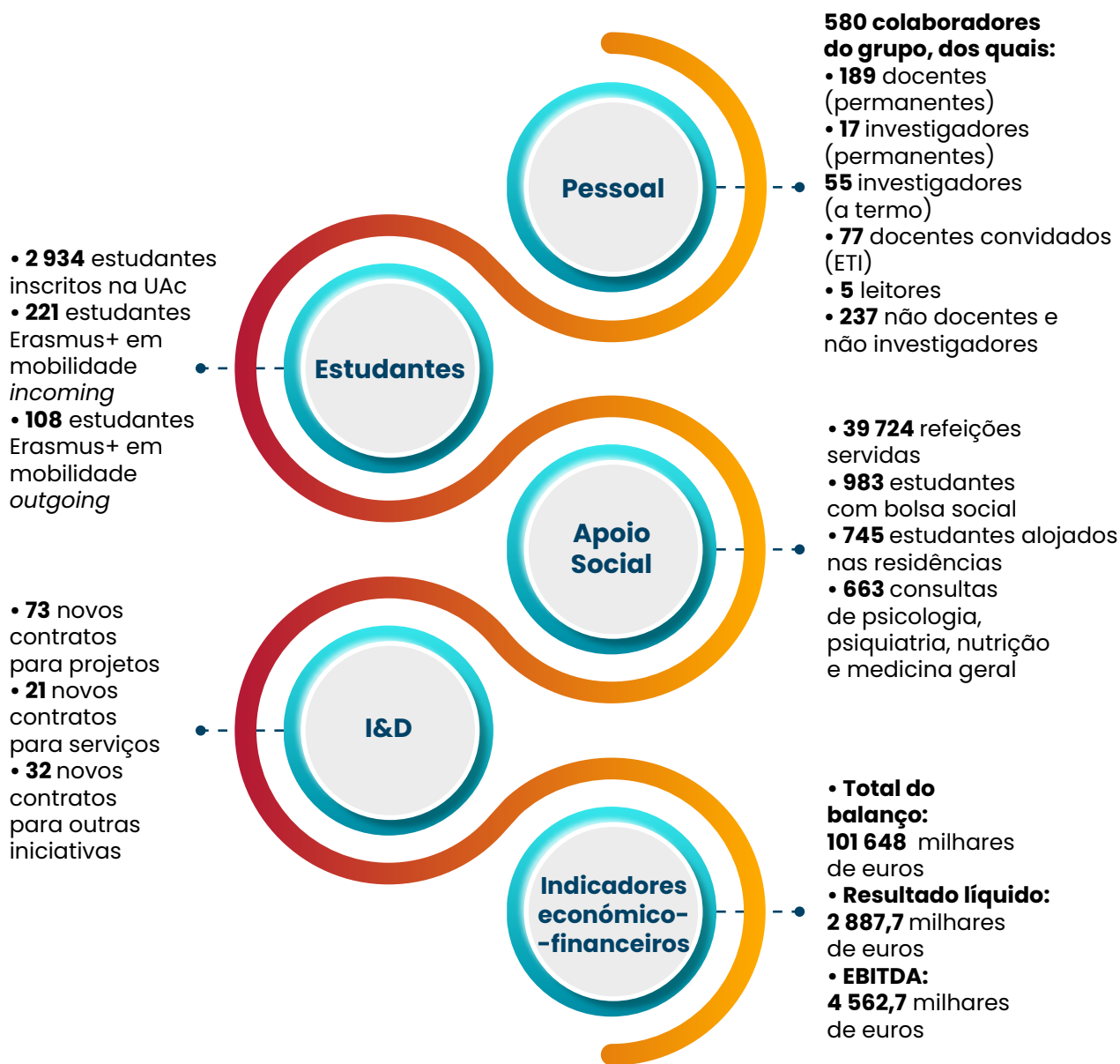


Figura 2 | O Grupo UAc em números - 2025

Da análise do Grupo UAc, em alguns números destacados na figura anterior, é possível verificar a dimensão relevante do grupo nas suas diversas áreas de atividade.

Nas figuras 3 e 4 apresenta-se o comparativo das demonstrações financeiras de cada uma das Entidades que integram o perímetro da UAc.

Contas individuais (entidades do perímetro de consolidação)

(montantes em milhares de euros)	UAc		SASE		FGF		CA	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo não corrente	53 473	45 006	12 392	12 502	939	848	56	72
Ativos fixos tangíveis	52 606	44 139	12 380	12 502	924	818	56	71
Ativos intangíveis	3	3	12	0	15	19	0	0
Participações financeiras	863	863	0	0	0	11	0	0
Outras contas a receber	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativo corrente	18 896	15 443	416	300	16 041	6 936	184	144
Inventários	75	78	11	20	0	0	35	27
Devedores por transferências e subsídios	60	0	0	0	12 242	3 397	0	
Clientes, contribuintes e utentes	1 952	2 043	15	9	376	120	28	18
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	16	3	13
Outras contas a receber	526	482	2	1	93	221	11	17
Diferimentos	211	118	7	9	8	5	0	0
Caixa e depósitos	16 071	12 720	381	261	3 322	3 178	105	67
Total do ativo	72 369	60 449	12 808	12 803	16 981	7 784	240	215
Património líquido	50 484	48 024	12 596	12 604	2 432	2 438	227	204
Passivo não corrente	11 615	3 976	0	0	0	0	0	1
Provisões	1 867	1 765	0	0	0	0	0	0
Diferimentos	9 747	2 211	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	0	0	1
Passivo corrente	10 270	8 448	211	199	14 549	5 346	13	10
Fornecedores	144	112	4	11	5	8	6	3
Estado e outros entes públicos	316	47	12	19	53	20	2	1
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de investimentos	610	47	0	1	0	0	0	0
Outras contas a pagar	4 495	3 769	191	164	11 814	2 762	6	6
Diferimentos	4 704	4 474	5	3	2 677	2 555	0	0
Total património líquido e passivo	72 369	60 449	12 808	12 803	16 981	7 784	240	215
peso relativo	71%	74%	12%	16%	17%	10%	0%	0%

Figura 3 | Balanço por Entidade - 2025 e 2024

A análise ao balanço individual de cada uma das entidades que compõe o Grupo UAc, constante da figura 3, revela que a Universidade dos Açores é a entidade que assume maior peso relativo, seguindo-se os Serviços de Ação Social Escolar e a Fundação Gaspar Frutuoso. A Chegalvorada tem um peso residual no total do Grupo. Idêntica conclusão se retira da figura seguinte (figura 4) quando se efetua uma análise às demonstrações de resultados de cada entidade individualmente.

Contas individuais (entidades do perímetro de consolidação)

(montantes em milhares de euros)	UAc		SASE		FGF		CA	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Impostos de taxas (propinas e taxas)	3 196,3	2 980,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vendas e Prestações de serviços	499,8	692,6	870,1	915,7	1 769,9	2 448,2	201,6	198,1
Transf. correntes e sub. expl. obtidos	26 612,6	26 476,8	1 215,2	1 110,6	1 434,0	1 791,8	44,2	43,9
Custos das merc. Vend. e mat. consumidas	-38,3	-40,0	-156,6	-278,0	0,0	0,0	-77,6	-97,4
Fornecimentos e serviços externos	-3 525,6	-3 665,8	-853,3	-772,5	-1 858,0	-2 292,3	-87,7	-91,3
Gastos com pessoal	-23 035,8	-22 759,7	-901,6	-895,0	-1 408,7	-1 815,2	-40,5	-35,9
Transferências e subsídios concedidos	-631,2	-501,5	0,0	-0,7	-72,1	-452,7	0,0	0,0
Imparidades (perdas/reversões)	4,5	3,1	0,0	0,0	0,0	-4,3	0,0	0,0
Provisões (aumentos/reduções)	-150,0	-66,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros rendimentos e gastos	986,7	939,4	131,9	135,9	288,7	206,1	-1,0	-10,1
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	3 918,9	4 058,7	305,6	216,0	153,7	-118,4	38,9	7,2
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 201,8	-1 100,9	-176,9	-172,6	-327,4	-303,1	-16,1	-14,7
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 717,1	2 957,8	128,8	43,4	-173,7	-421,5	22,8	-7,5
Juros e rendimentos similares obtidos	173,0	110,7	0,0	0,0	20,7	0,0	0,0	0,0
Juros e gastos similares suportados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultados antes de impostos	2 890,0	3 068,5	128,8	43,4	-153,0	-421,5	22,8	-7,5
Imposto sobre o rendimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,9	0,0
Resultados líquido do período	2 890,0	3 068,5	128,8	43,4	-153,0	-421,5	21,9	-7,5
Indicadores económicos								
EBITDA ⁽¹⁾	3 918,9	4 058,7	305,6	216,0	153,7	-118,4	38,9	7,2

⁽¹⁾ Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization. Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

Figura 4 | Demonstração de Resultados e Indicadores por Entidade - 2025 e 2024

Com base na informação individual e resultante da aplicação do método de consolidação por simples agregação, no caso dos SASE, e do método de consolidação integral, nas restantes Entidades, as demonstrações financeiras consolidadas são as que se apresentam nas figuras 5 e 6.

(montantes em milhares de euros)	2025	2024	2025/24	
	UAc consolidado	UAc consolidado	Variação	Var.%
Ativo não corrente	66 112	57 679	8 433	14,6%
Ativos fixos tangíveis	65 967	57 530	8 436	14,7%
Ativos intangíveis	30	23	8	33,3%
Participações financeiras	115	126	-11	-9,0%
Ativo corrente	35 537	22 823	12 714	55,7%
Inventários	122	126	-4	-2,8%
Devedores por transferências e subsídios	12 302	3 397	8 905	262,2%
Clientes, contribuintes e utentes	2 371	2 191	180	8,2%
Estado e outros entes públicos	3	29	-26	-88,6%
Outras contas a receber	632	721	-89	-12,4%
Outros ativos financeiros	0	0		
Diferimentos	227	133	94	71,1%
Caixa e depósitos	19 880	16 227	3 653	22,5%
Total do ativo	101 649	80 502	21 147	26,3%
Património líquido	64 991	62 870	2 121	3,4%
Passivo não corrente	11 615	3 977	7 638	192,1%
Provisões	1 867	1 765	102	5,8%
Diferimentos	9 747	2 211	7 537	340,9%
Outras contas a pagar	0	1	-1	
Passivo corrente	25 043	13 655	11 388	83,4%
Fornecedores	159	134	25	19,0%
Estado e outros entes públicos	383	87	296	341,1%
Fornecedores de investimentos	610	49	562	1150,3%
Outras contas a pagar	16 505	6 702	9 803	146,3%
Diferimentos	7 386	6 684	702	10,5%
Total património líquido e passivo	101 648	80 502	21 146	26,3%

Figura 5 | Balanço Consolidado - 2025 e 2024

Em termos de composição global do balanço consolidado do Grupo UAc, à data de 31 de dezembro de 2025, destaca-se:

- O aumento do valor ativo consolidado em 21.146 mil euros, face ao ano de 2024, resultante, maioritariamente, dos aumentos verificados no saldo final do ano de 2025 de devedores por transferências de subsídios (FGF), de ativos fixos tangíveis (UAc) e de caixa e depósitos à ordem (UAc);
- O aumento do património líquido consolidado, derivado do resultado líquido do exercício do ano de 2025, não obstante não ter sido suficiente para fazer face ao aumento significativo do passivo da FGF, tendo como consequência a diminuição do peso percentual do património líquido face ao total do passivo;
- O aumento do peso proporcional do passivo não corrente e do passivo corrente no total do balanço, face ao valor registado, respetivamente, em diferimentos (UAc) e outras contas a pagar (FGF).

(montantes em milhares de euros)	2025	2024	2025/24	
	UAc consolidado	UAc consolidado	Variação	Var.%
Impostos de taxas (propinas e taxas)	3 196,3	2 980,3	215,9	7,2%
Vendas e Prestações de serviços	3 266,0	4 177,2	-911,3	-21,8%
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	29 121,0	29 299,1	-178,1	-0,6%
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-272,5	-415,4	142,9	-34,4%
Fornecimentos e serviços externos	-6 249,2	-6 744,6	495,4	-7,3%
Gastos com pessoal	-25 386,6	-25 505,9	119,3	-0,5%
Transferências e subsídios concedidos	-518,5	-483,4	-35,1	7,3%
Imparidades (perdas/reversões)	4,5	-1,2	5,7	-467,6%
Provisões (aumentos/reduções)	-150,0	-66,5	-83,5	125,6%
Outros rendimentos e gastos	1 406,3	1 271,4	134,9	10,6%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	4 417,1	4 511,0	-93,9	-2,1%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 722,2	-1 591,3	-130,8	8,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 695,0	2 919,6	-224,7	-7,7%
Juros e rendimentos similares obtidos	193,7	110,7	82,9	74,9%
Juros e gastos similares suportados	0,0	0,0	0,0	-99,2%
Resultados antes de impostos	2 888,6	3 030,4	-141,8	-4,7%
Imposto sobre o rendimento	-0,9	0,0	-0,9	3500,7%
Resultados líquidos do período	2 887,7	3 030,3	-142,7	-4,7%
Indicadores económicos				
EBITDA (1)	4 562,7	4 578,7	-16,0	-0,4%

(1) Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization. Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

Figura 6 | Demonstração de Resultados e Indicadores Consolidados - 2025 e 2024

Relativamente à demonstração de resultados consolidados do Grupo UAc, à data de 31 de dezembro de 2025 destaca-se o valor positivo dos resultados líquidos, na ordem dos 2.887,7 mil euros, menos 4,7% do que no ano de 2024, fortemente influenciados pela redução de 911,3 mil euros nas vendas e prestações de serviços.

4. Atividade do Grupo UAc

4.1 Ensino

O número de alunos inscritos no total dos cursos ministrados na UAc registou um decréscimo de 4% em relação ao ano anterior, tendo-se registado menos 114 estudantes em 2025 comparativamente a 2024. O número de estudantes inscritos em cursos de 1.º Ciclo representa 68,2% do total de estudantes da UAc, os inscritos em cursos de 2.º Ciclo correspondem a 20,4%, os do 3.º Ciclo a 4%, os inscritos em cursos Técnicos Superiores Profissionais correspondem a 1,9% e os inscritos em cursos de Pós-graduação correspondem a 1,8% do total dos estudantes. Neste ano letivo estão inscritos, nos vários ciclos de estudos, 2.934 estudantes.

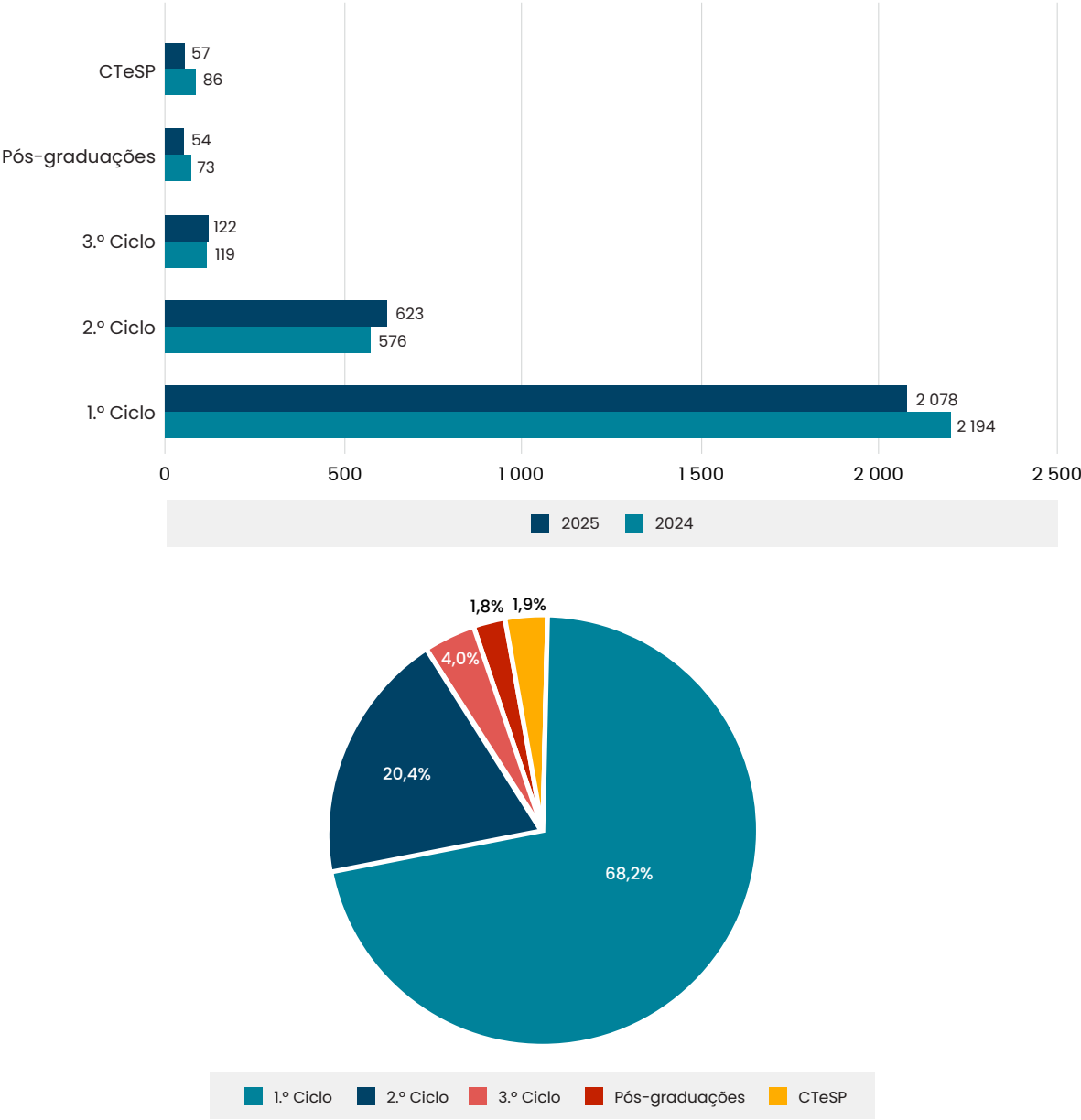


Figura 7 | Número de Alunos Inscritos por Ciclo de Estudos

No âmbito do Concurso Nacional de Acesso (CNA), no ano letivo 2025/2026, verifica-se que o número de alunos matriculados pela primeira vez no 1.º ciclo decresce face ao ano letivo 2024/2025.

Se atendermos aos demais concursos de acesso a cursos de 1.º ciclo (concursos especiais e regimes especiais), no ano letivo de 2025/2026, verifica-se, igualmente, um decréscimo do número de estudantes face ao ano letivo anterior.¹

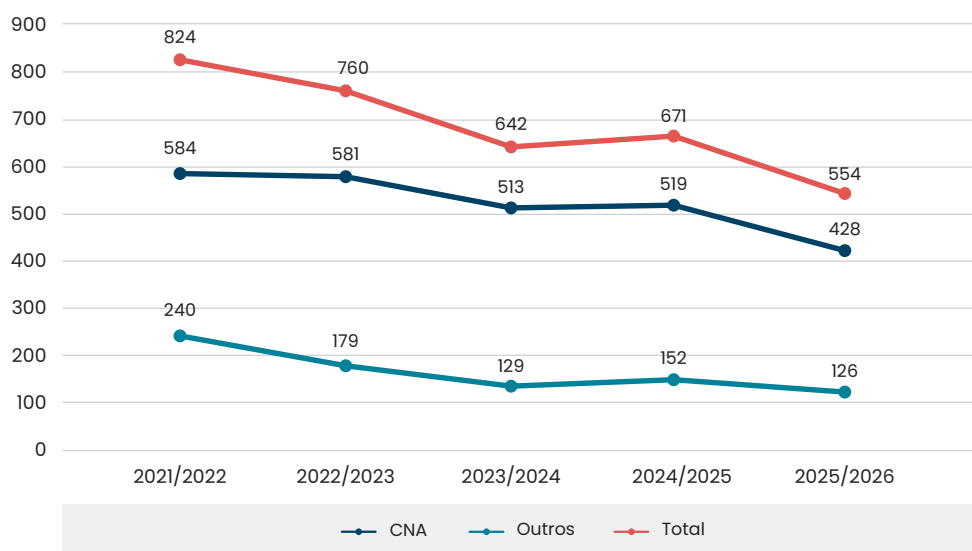


Figura 8 | Evolução do N.º de Alunos Matriculados pela Primeira Vez no 1.º Ciclo e Preparatórios

A Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola, Unipessoal, Lda., continuou, em 2025, a apoiar os diversos cursos (aulas práticas) e projetos de investigação a decorrer na Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da UAc, disponibilizando instalações, terrenos, máquinas e equipamentos agrícolas, animais, incluindo vários ovinos e vitelos para as aulas de Anatomia, e diversos consumíveis.

Durante o ano de 2025, as alterações no panorama geopolítico europeu tiveram um impacto significativo nos custos de produção, nomeadamente devido ao aumento dos combustíveis, rações, adubos, entre outros. No entanto, apesar do baixo preço do leite padrão, o volume de faturação da exploração registou um ligeiro aumento. Este crescimento deveu-se, por um lado, à valorização do preço do leite em função da sua qualidade, e, por outro, à melhoria dos preços na venda de animais de refúgio (para abate) e de vitelos cruzados de carne. Adicionalmente, por razões de gestão, optou-se por aumentar a produção interna de alimentos, reduzindo a necessidade de aquisição de materiais consumíveis. A negociação de contratos com prestadores de serviços permitiu, igualmente, a redução dos custos com serviços externos.

¹ Até ao ano letivo de 2022/2023, o apuramento do número de alunos inscritos baseava-se nos registos à data de 31 de dezembro do respetivo ano. A partir de 2024/2025, o apuramento passou a fazer-se com base nos dados comunicados à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, no seu inquérito relativo ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES).

4.2 Formação Complementar

A oferta de formação disponibilizada aos trabalhadores da UAc em 2025 contou com um conjunto de ações de formação internas e externas dinamizadas por docentes ou trabalhadores da instituição ou asseguradas por entidades contratadas para o efeito.

Considerando as necessidades e os interesses de formação identificados junto de serviços e unidades orgânicas, bem como o número de vagas disponíveis para cada uma das ações, foram realizadas 415 ações de formação registando-se um total de 1.896 inscrições de membros da comunidade académica e 1.399 participações efetivas, envolvendo docentes, investigadores, e pessoal técnico e administrativo e de gestão. As ações abrangeram uma diversidade de temas ajustados aos diferentes públicos-alvo, destacando-se, entre outros, os domínios da inovação pedagógica e da inteligência artificial.

A oferta de formação complementar disponibilizada pela UAc tem vindo a corresponder aos interesses e necessidades das diversas categorias profissionais. Em 2025, registou-se um aumento expressivo da participação na generalidade das categorias, com particular incidência nos técnicos superiores (54), assistentes técnicos (77) e assistentes operacionais (30), abrangendo, com maior impacto do que em anos anteriores, a maioria das estruturas universitárias.

Em 2025, a UAc reforçou o seu compromisso com a inovação pedagógica e com a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem, promovendo, ao longo de todo o ano, as Jornadas de Inovação Pedagógica, no âmbito do InovAção 5.0. Estas iniciativas, dirigidas a docentes e investigadores com funções letivas na UAc, incluíram diversas sessões formativas centradas na prática pedagógica e no desenvolvimento profissional docente.

As ações procuraram responder à crescente diversidade e heterogeneidade dos estudantes que atualmente acedem ao Ensino Superior, contribuindo para uma preparação mais eficaz para o mercado de trabalho.

As Jornadas são organizadas pelo GMIP – Grupo de Missão para a Inovação Pedagógica, com o apoio do GAQ – Gabinete de Avaliação e Qualidade. Os temas abordados foram alinhados com as orientações pedagógicas transversais definidas na Política Pedagógica Institucional da UAc (Circular n.º 3/2024) e com recomendações nacionais e internacionais, designadamente as constantes do documento “Inovação Pedagógica no Ensino Superior: Cenários e Caminhos de Transformação” da A3ES.

O InovAção 5.0 é financiado pelo PRR, no âmbito do programa Investimento RE-C06-i07 | Impulso Mais Digital 04/C06-i07/2023 – Submedida Inovação e Modernização Pedagógica no Ensino Superior – Criação de Centros de Excelência de Inovação Pedagógica.

Mantiveram-se igualmente as oportunidades formativas no âmbito do Centro de Excelência SAPIEN – South and Atlantic Pedagogical Innovation & Excellence Network, consórcio constituído pela UAc e por outras oito Instituições de Ensino Superior nacionais, igualmente financiado pelo PRR.

No que respeita à formação do pessoal não docente, o aumento registado deve-se, em parte, à alteração introduzida no artigo 48.º do SIADAP, que determina que uma das competências a definir pelo avaliador seja objeto de formação, escolhida de entre as constantes de catálogo próprio do INA. Verificou-se, assim, uma adesão significativa, particularmente entre trabalhadores das carreiras gerais, às formações gratuitas disponibilizadas na plataforma NAU, orientadas para o reforço de competências consideradas essenciais ao desempenho das suas funções.

4.3 Academia Sénior

A Academia Sénior oferece, anualmente, um programa formativo diversificado, que contempla um conjunto diversificado de atividades com naturezas e objetivos distintos, designadamente: Cursos sobre temáticas específicas de âmbito científico cultural; Oficinas anuais de âmbito sociocultural e recreativo; Oficinas semestrais temáticas; Seminários e conferências abertos à comunidade e atividades comemorativas e recreativas.

No total, foram oferecidos oito cursos semestrais, em áreas como a História, a Filosofia, a Ciência Política, a Educação, a Comunicação e a Cultura Digital, o Turismo, a Saúde e a Agricultura Biológica, entre outras. Foram igualmente oferecidas uma oficina anual e duas semestrais, em áreas expressivas ligadas à Música e à Estimulação da memória.

Ainda no contexto do seu Programa Formativo, esta Academia organiza anualmente o seu Ciclo de Seminários. Esta iniciativa, baseada em expectativas e sugestões dos estudantes da Academia, tem como principal propósito facilitar à população sénior o acesso ao conhecimento científico e ao património natural e cultural, promovendo a atualização e o aprofundamento de conhecimentos, competências e aptidões. Durante o ano letivo foram organizados sete seminários temáticos, que abordaram temáticas como Turismo e Sustentabilidade, História, Cultura e Património, Neurociências, Movimento Funcional e Longevidade, entre outros.

	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26
N.º de alunos inscritos	52	55	71	75	74
N.º Total de Cursos/	4	8	8	8	8
Horas	20h	20h	20h	20h	20h
Oficinas Semestrais/	2	2	3	0	2
Horas	20h	20h	20h	0h	20h
Oficinas Anuais	3	4	2	3	1
Horas de Oficina	40h	40h	40h	40h	40h
Género Masculino	85,00%	81,00%	39,40%	42,67%	40,80%
Feminino	15,00%	19,00%	60,60%	57,33%	59,20%
Média de Idades			72,3 anos	73 anos	74 anos

Figura 9 | Programa Formativo da Academia Sénior

4.4 Academia Júnior

A Academia Júnior da UAc, cujos principais objetivos se enquadram na promoção da participação dos jovens em atividades de natureza científica, em diversas áreas do conhecimento em que a UAc desenvolve ensino e investigação, bem como no reforço da interação entre a comunidade académica e a sociedade em geral.

Em 2025, o programa “Os Exploradores” manteve o nível de atividade, mas com uma pequena redução do número de jovens participantes face ao ano anterior.

Decorreu durante duas semanas, sendo que as atividades exploradas convocaram experiências em áreas como as Ciências da Terra e da Vida, História e Património Cultural, Robótica, Matemática, Literatura, Artes, Atividade Física, entre outras. Foram ainda proporcionadas atividades fora da Universidade, como uma aula de Wakeboard e outra Equestre.

No ano de 2025, não se desenvolveram os “Estágios de Verão”, com duração de 80h, destinados a jovens com idades entre os 17 e 18 anos.

Para além dos programas formativos da Academia Júnior foram organizadas visitas de estudo ao *campus* de Ponta Delgada, tendo como principal objetivo apresentar a Instituição e despertar o interesse desses jovens em prosseguir estudos na Universidade dos Açores. Em 2025, a Academia Júnior recebeu grupos de estudantes do ensino básico e secundário de diversas ilhas do arquipélago, do continente português e do estrangeiro. No total, visitaram a UAc 1.464 alunos dos diferentes níveis de ensino, acompanhados por 148 professores.

		2021	2022	2023	2024	2025
Verão Jovem na UAc/ Os Exploradores	N.º de Inscritos nos <i>Campi</i>	PD - 0 AH - 0	PD - 15 HO - 3	PD - 29 AH - 0	PD - 21 AH - 0	PD - 16 AH - 0
	N.º de Atividades nos <i>Campi</i>	PD - 0 AH - 0	PD - 20 HO - 1	PD - 20 AH - 0	PD - 20 AH - 0	PD - 20 AH - 0
	N.º de Horas nos <i>Campi</i>	PD - 0h AH - 0h	PD - 35h HO - 0h	PD - 35h AH - 0h	PD - 35h AH - 0h	PD - 35h AH - 0h
	N.º de Inscritos nos <i>Campi</i>				PD - 3 AH/HOR - 0	PD - 0 AH/HOR - 0
Estágios de verão Jovem/ Os Cientistas	N.º de Atividades nos <i>Campi</i>				PD - 3 AH/HOR - 0	PD - 0 AH/HOR - 0
	N.º de Horas nos <i>Campi</i>				PD - 80h	PD - 0h
	N.º Total de Visitas de Estudo	1	9	50	48	59

Figura 10 | Programa Formativo da Academia Júnior

4.5 Academia das Artes

A Academia das Artes da Universidade dos Açores integra-se numa política ativa de promoção da aprendizagem, produção e fruição das atividades artísticas e oficiais, bem como de valorização das oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e cultural da comunidade académica e do público em geral.

No âmbito do Plano de Atividades de 2025, foi desenvolvido um conjunto diversificado de iniciativas ao longo do ano, envolvendo exposições, seminários, cursos, *workshops* e parcerias institucionais.

O conjunto destas atividades contribuiu para reforçar o compromisso da Universidade dos Açores com a promoção cultural, a formação artística e o envolvimento da comunidade académica e da sociedade em práticas criativas diversificadas.

Eventos	Data da Realização	Polo da UAc
Exposição: <i>Fragile C Resilient</i>	24 de abril a 26 de maio	Ponta Delgada
Exposição: <i>Viola da Saudade</i>	4 a 30 de junho	Ponta Delgada
Jornadas/Workshop: II Jornadas de Música Histórica “Notas no Tempo”	21 e 22 de novembro	Ponta Delgada
Seminário: As Mulheres Piratas No Mundo Anglo-Americano através da Arte e da Literatura (Séculos XVIII – XX)	23 de maio	Ponta Delgada (Parceria com a Academia Sénior)
Encontro Nacional Universidade E Cultura	13 e 14 de novembro	Ponta Delgada
CINANIMA – Festival De Cinema	3, 10 e 17 de outubro	Ponta Delgada Angra do Heroísmo Horta

Figura 11 | Eventos realizados no âmbito da Academia das Artes

Formações	Data da Realização	Polo da UAc
Curso Breve – Maracujá, Pintura de Acrílico sobre Tela	23, 25 e 27 de junho	Ponta Delgada
Curso Breve – Oficina de Pintura	28 de outubro a 3 de novembro	Horta
Workshop – Danças Tradicionais	13 a 23 de outubro	Horta
Oficina Plástica de Artes Ambientais	8 de outubro	Ponta Delgada
Workshop de Interpretação	13 a 16 de outubro	Ponta Delgada
Curso Breve – A Linguagem do Cinema	5 de novembro a 21 de janeiro	Ponta Delgada

Figura 12 | Formações realizadas no âmbito da Academia das Artes

4.6 Mobilidade

Ao nível da mobilidade académica, o Erasmus+ é o programa com maior expressão na UAc.

No âmbito deste programa, tem-se verificado um crescimento contínuo das mobilidades *incoming* de estudantes e de *staff* desde 2020/2021 (figura 13). Em 2024/2025, observou-se, contudo, um decréscimo significativo das mobilidades *incoming* comparativamente a 2023/2024. Poderão ter contribuído para esta evolução os crescentes conflitos no planeta, o aumento do custo de vida e a dificuldade de alojamento na Região. No contexto Erasmus+, a UAc registou uma maior concretização de mobilidades de estudantes provenientes de instituições de ensino superior espanholas, alemãs, italianas, checas e polacas.

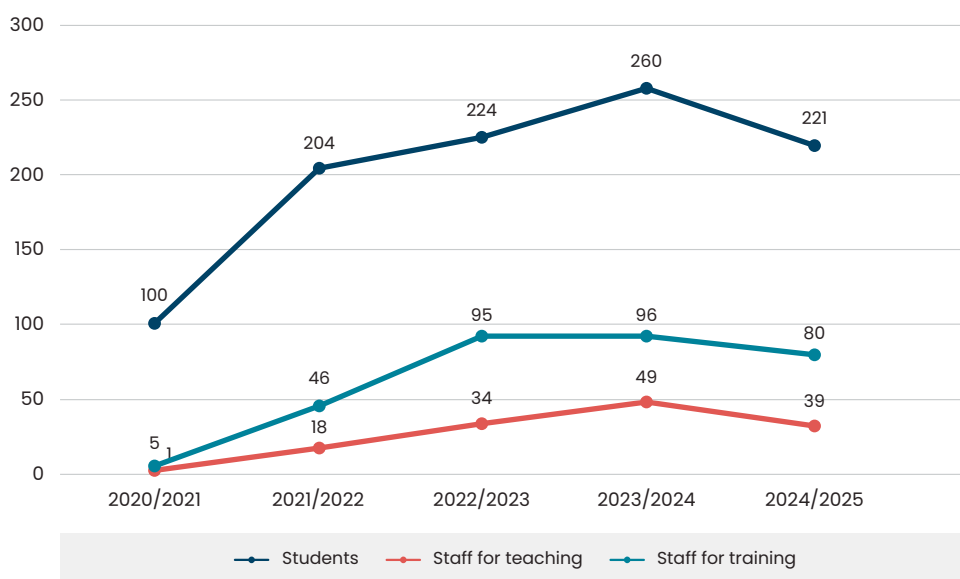


Figura 13 | Evolução do Número de Mobilidades *Incoming* no Âmbito do Programa Erasmus+ entre 2020/2021 e 2024/2025

O ano de 2024/2025 registou um acréscimo 21% das mobilidades Erasmus+ *outgoing* em relação ao ano anterior. As preferências dos estudantes da UAc recaíram sobre instituições de ensino superior romenas, polacas e italianas.

No que respeita às mobilidades *outgoing* de *staff*, no ano 2024/2025 verificou-se um aumento de 28,5% relativamente a 2023/2024, o que denota uma procura crescente deste tipo de programas de mobilidade por parte do pessoal da UAc, que cresceu continuamente desde 2020/2021 (figura 14).

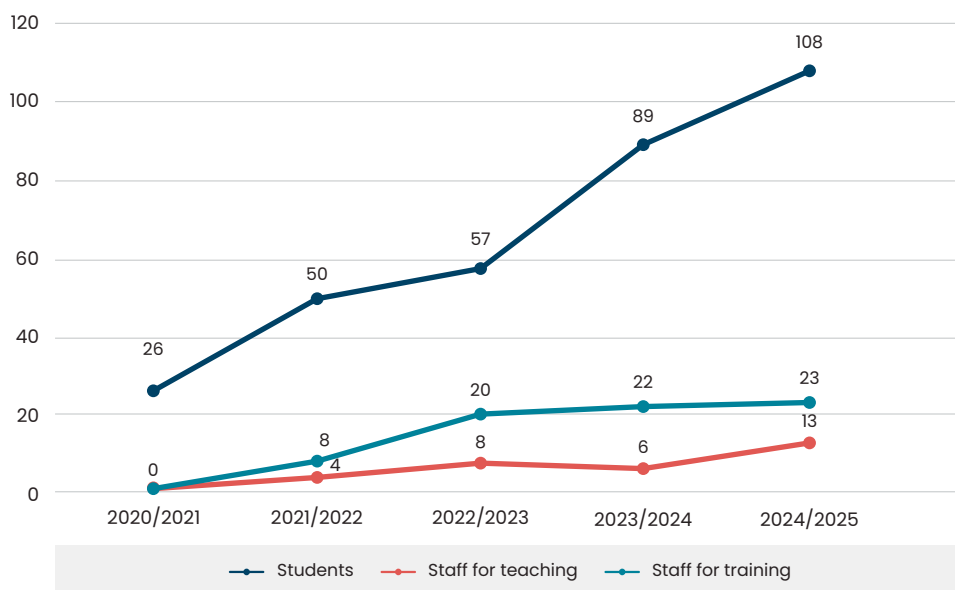


Figura 14 | Evolução do Número de Mobilidades *Outgoing* no Âmbito do Programa Erasmus+ entre 2020/2021 e 2024/2025

4.7 Celebrações do Cinquentenário da UAc e Outras Iniciativas

No âmbito das comemorações do 50.º aniversário da Universidade dos Açores, iniciado em 2025 e prolongado até 2026, foi desenvolvido um programa alargado e diversificado de iniciativas académicas, científicas, culturais e institucionais, distribuídas pelos três *campi* da Universidade - Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta - e envolvendo múltiplos parceiros regionais, nacionais e internacionais.

As celebrações têm como principal objetivo valorizar o papel da UAc no desenvolvimento académico, científico, cultural e social da Região Autónoma dos Açores, reforçando simultaneamente a sua ligação à comunidade insular, à diáspora açoriana e ao espaço académico internacional.

Entre as atividades de maior relevo destacam-se os eventos académicos e cerimónias oficiais, nomeadamente a Sessão Solene Comemorativa dos 50 anos, entretanto realizada a 9 de janeiro de 2026, bem como diversas iniciativas de homenagem a estudantes e membros da comunidade académica pelo seu contributo ao longo das cinco décadas de existência da Universidade.

O programa integra igualmente conferências, seminários e encontros científicos de âmbito nacional e internacional, abordando áreas como educação, cultura, património, tecnologia, ciência, cibersegurança e inteligência artificial, incluindo encontros promovidos no âmbito das Cátedras UNESCO, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e de parcerias com entidades profissionais. Destaca-se ainda a apresentação pública do estudo sobre o impacto económico e social da Universidade dos Açores, evidenciando a sua relevância estratégica para a Região.

No domínio cultural, foram desenvolvidas exposições documentais e bibliográficas em parceria com as três Bibliotecas Públicas Regionais, tendo como objetivo a valorização da memória institucional e do percurso histórico, científico e cultural da Universidade. Estas iniciativas foram complementadas pela preparação de catálogos em formato digital e físico, bem como por diversas atividades culturais nas áreas da música, das artes plásticas e do teatro.

As celebrações incluem ainda iniciativas de ligação à diáspora açoriana, nomeadamente através da realização de cursos de Verão destinados a jovens açor-descendentes nos Estados Unidos da América, em colaboração com o Governo Regional dos Açores e a FLAD.

Ao nível dos SASE, o setor de saúde e bem-estar desenvolveu um conjunto estruturado de iniciativas de prevenção, sensibilização e intervenção, que incluem a realização de rastreios de saúde, palestras, práticas e produção de conteúdos digitais, com o objetivo de promover a literacia em saúde e o bem-estar da comunidade académica.

A FGF, ao longo de 2025, participou de forma ativa em diferentes eventos, com o intuito de dar a conhecer a obra e o legado do seu patrono, como a própria instituição e a academia. Os eventos de maior relevo organizados pela FGF em 2025 foram: Gala FGF 2025 – Premiar e Reconhecer a Excelência Académica, onde foram atribuídos doze prémios e a 2.ª edição do Prémio Mérito Científico da UAc, na área das Ciências da Engenharia e Tecnologias, tendo a cerimónia sido conduzida pela Frutuosa, o primeiro avatar gerado por inteligência artificial da FGF, numa colaboração com o INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Foram, ainda, desenvolvidas outras atividades e eventos, coorganizados com parceiros, nomeadamente: sessão informativa, em São Miguel, sobre oportunidades de financiamento europeias na área da saúde; 5.º *Workshop* Temático do Projeto SELINA (Horizon Europe); dois *Workshops* Horizonte Europa organizados pela ANI – Agência Nacional de Inovação, em colaboração com a Fundação Gaspar Frutuoso, a Universidade dos Açores e o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, na ilha de São Miguel e na ilha do Faial; e Mostrar a Ciência através da participação, a convite do Colégio Castanheiro.

4.8 Ação Social

A componente de Ação Social é gerida pelos SASE da UAc, que incluem os setores administrativo e financeiro, recursos humanos e expediente, alimentação, aprovisionamento e património e também o gabinete de apoio ao aluno, constituído pelos setores de bolsas de estudo, alojamento e saúde.

No âmbito do sistema de ação social escolar, os estudantes economicamente carenciados podem beneficiar de apoios diretos, como bolsas de estudo, sustentadas integralmente a fundo perdido pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES), contribuindo para subsidiar as despesas relacionadas com as propinas, alojamento, alimentação, transporte e material escolar dos estudantes.

Durante o ano letivo de 2024/2025, candidataram-se a bolsas de estudo 1.224 estudantes, tendo sido deferidas 983 bolsas, o que representa uma taxa de aprovação de 80.31%, tal como se verifica na tabela 1.

	N.º Candidaturas Submetidas	Δ Candidaturas Submetidas	N.º Bolsas Deferidas	Δ Bolsas Deferidas	Peso (%) Candidaturas submetidas/ Bolsas Deferidas	N.º Bolsas Indeferidas	Δ Bolsas Indeferidas	Peso (%) Candidaturas submetidas/ Bolsas Indeferidas
Ano letivo 2021/2022	1 184		969		81,84%	215		18,16%
Ano letivo 2022/2023	1 205	1,77%	979	1,03%	81,24%	226	5,12%	18,76%
Ano letivo 2023/2024	1 197	1,10%	1 002	3,41%	83,71%	195	-9,30%	16,29%
Ano letivo 2024/2025	1 224	2,26%	983	-1,90%	80,31%	241	23,59%	19,69%

Tabela 1 | Número de Candidaturas a Bolsas de Estudo Deferidas e Indeferidas

Como visível na tabela 2, comparativamente ao ano letivo 2023/2024, houve um aumento considerável do total de bolsas indeferidas pelo nível de recursos financeiros do agregado familiar e pela falta de aproveitamento escolar.

	Total Candidaturas Indeferidas	Agregado familiar com nível adequado de recursos financeiros	Instrução Incompleta	Sem aproveitamento escolar	Outros
Ano letivo 2021/2022	215	103	47	35	39
Ano letivo 2022/2023	226	92	38	55	41
Ano letivo 2023/2024	195	61	47	52	35
Ano letivo 2024/2025	241	73	50	64	54

Tabela 2 | Evolução do Número de Bolsas de Estudo Indeferidas por Motivo

Quanto à evolução do número de estudantes inscritos na UAe elegíveis com bolsa de estudo no período compreendido entre 2021 e 2025, que abrange os estudantes de 1.º ciclo, 2.º ciclo e CTeSP, verifica-se que, no ano letivo 2024/2025, 35,64% dos estudantes elegíveis beneficiaram da bolsa de estudo da DGE.

	N.º estudantes inscritos na UAe	N.º estudantes bolseiros DGE	Bolseiros no campus de PDL	% Bolseiros - campus de PDL	Bolseiros no campus de AH	% Bolseiros - campus de AH	Bolseiros no campus de H	% Bolseiros - campus de H
Ano letivo 2021/2022	2 997	969	816	84,21%	150	15,48%	3	0,31%
Ano letivo 2022/2023	2 762	979	822	83,96%	157	16,04%	4	0,41%
Ano letivo 2023/2024	2 856	1 002	838	83,63%	163	16,27%	1	0,10%
Ano letivo 2024/2025	2 758	983	829	84,33%	153	15,57%	1	0,10%

Tabela 3 | Evolução do Número de Estudantes Bolseiros por Campus

Quanto ao montante total das bolsas de estudo atribuídas no ano letivo 2024/2025, este divide-se em bolsas de estudo pagas com complementos e bolsas de estudo pagas sem complementos. A tabela 4 representa a evolução do valor das bolsas e complementos desde o ano letivo 2021/2022. Assim sendo, no ano letivo 2024/2025, o valor das bolsas de estudo atribuídas com complementos

foi de 1.460.856,36 euros e sem complementos de 1.337.166,72 euros. Por estudante, o valor médio anual da bolsa sem complementos foi de 1.360,29 euros e com complementos de 1.486,12 euros.

	Valor total de Bolsas Deferidas - Sem Complementos	Valor total de Bolsas Deferidas - Com Complementos	Total de Estudantes Bolseiros	Bolsa Média Sem Complementos	Bolsa Média Com Complementos
Ano letivo 2021/2022	1 342 221,70 €	1 355 341,10 €	969	1 393,79 €	1 489,45 €
Ano letivo 2022/2023	1 365 359,00 €	1 457 815,18 €	979	1 397,50 €	1 482,67 €
Ano letivo 2023/2024	1 343 028,00 €	1 486 149,72 €	1 002	1 340,35 €	1 461,06 €
Ano letivo 2024/2025	1 337 166,72 €	1 460 856,36 €	983	1 360,29 €	1 486,12 €

Tabela 4 | Evolução do Montante de Bolsas de Estudo Atribuídas

Os SASE dispõem de residências universitárias distribuídas pelos três polos: Residência Universitária das Laranjeiras, em Ponta Delgada (São Miguel), Residência Universitária do Morrão, em Angra do Heroísmo (Terceira) e Casas da Horteco, na Horta (Faial).

Nas residências universitárias estiveram alojados, no ano letivo 2024/2025, um total de 745 estudantes da UAç, o que representa 25,39% do número de estudantes inscritos na instituição.

No ano letivo 2024/2025, apurou-se uma taxa de ocupação em tempo letivo de 83,24% na Residência Universitária das Laranjeiras; de 73,61% na Residência Universitária do Morrão e de 89,48% nas Casas da Horta. No que respeita a taxa de ocupação em período não letivo, apurou-se 14,80% na Residência Universitária das Laranjeiras; de 14,80% na Residência Universitária do Morrão e de 82,15% nas Casas da Horta.

Em paralelo, verifica-se que as receitas provenientes do alojamento em 2025 aumentaram 60.860,88 euros face a 2024, correspondendo a uma variação positiva de 13,58%.

	Receita	Δ 2025/24
Total 2025	508 944,42 €	13,58%
Total 2024	448 083,54 €	

Figura 15 | Evolução das Receitas de Alojamento em 2025 e 2024

Durante o ano de 2025, os SASE asseguraram a gestão do bar central e do refeitório no *campus* universitário de Ponta Delgada até ao mês de maio, tendo o *snack-bar* sido reaberto no final desse mês. No *campus* de Angra do Heroísmo, os SASE mantiveram a gestão do bar até ao mês de agosto. Em junho de 2025, o bar central e a cantina do *campus* de Ponta Delgada passaram a ser explorados em regime de concessão por uma empresa privada. No *campus* de Angra do Heroísmo, o fornecimento de refeições na cantina continua a ser assegurado através de um protocolo estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Face a 2024, realça-se um aumento de 21,25% no número de refeições servidas no refeitório de Ponta Delgada. No *campus* de Angra do Heroísmo verificou-se um aumento bastante significativo - 60,74% - face ao ano de 2024 (figura 16). Em outubro de 2024, o número de refeições servidas atingiu o seu pico máximo em Ponta Delgada, enquanto, em Angra do Heroísmo, o mês com maior afluência foi o de fevereiro de 2025.

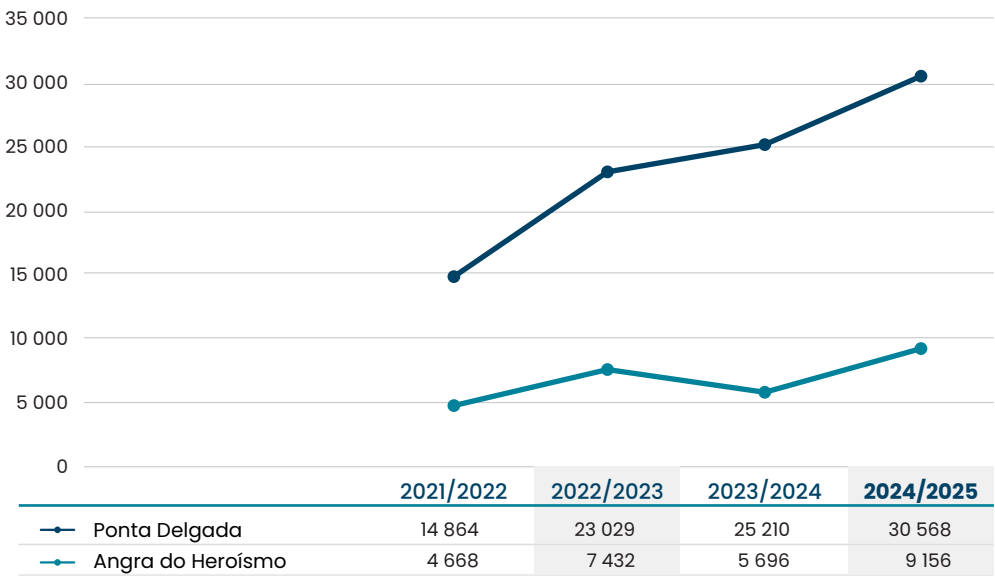


Figura 16 | Evolução do N.º de Refeições Servidas nos Refeitórios nos *campi* de PDL e AH

Em 2025, o valor das receitas provenientes do setor de alimentação totalizou 307.938,23 euros, registando uma diminuição em relação a 2024 (428.664,17 euros). Esta redução deve-se, sobretudo, à concessão das cantinas em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ocorrida em junho e setembro, respetivamente. Importa ainda referir que o valor da receita de 2024 foi revisto relativamente ao apresentado no relatório submetido no ano anterior e que a análise das receitas de alimentação é realizada segundo o ano civil, e não o ano letivo, garantindo a coerência com os exercícios anteriores e mantendo a consistência e comparabilidade de dados.

A promoção da saúde e do bem-estar da comunidade académica constitui uma dimensão essencial da ação social no ensino superior. Neste âmbito, os SASE dispõem de um Gabinete de Saúde e Bem-estar que disponibiliza serviços de saúde à comunidade académica, assegurando consultas de psicologia clínica, nutrição e medicina geral. Para além da resposta clínica, o gabinete desenvolve um conjunto estruturado de iniciativas de prevenção, sensibilização e intervenção.

O apoio psicológico aos estudantes em 2025 decorreu nos *campi* universitários de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, sendo garantido através da continuidade de um conjunto significativo de parcerias celebradas com entidades especializadas.

No ano letivo 2024/2025, foram realizadas consultas de psicologia clínica, de psiquiatria, de nutrição e prestado serviço de apoio médico geral conforme detalhado nas figuras seguintes, que espelham uma evolução global muito positiva.

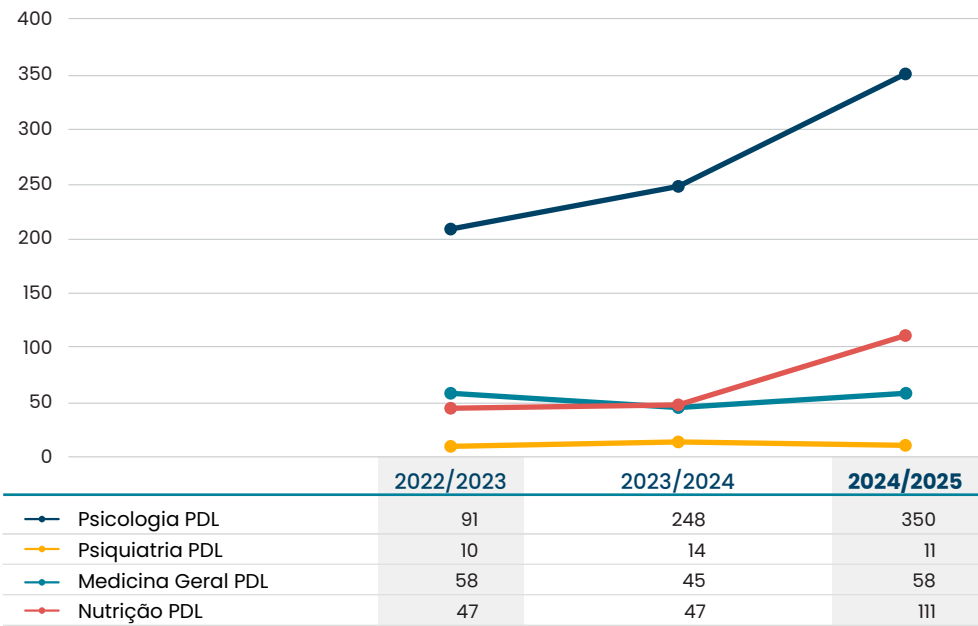


Figura 17 | Número de Consultas de Psicologia, de Psiquiatria, de Medicina Geral e de Nutrição em Ponta Delgada

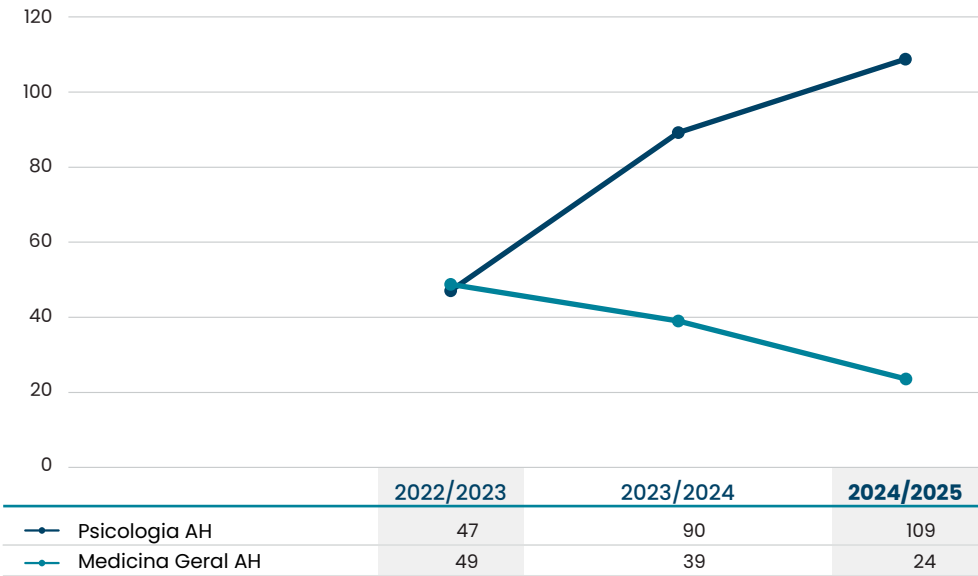


Figura 18 | Número de Consultas de Psicologia e de Medicina Geral em Angra do Heroísmo

4.9 Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Em 2025, a UAc registou 13 estruturas de investigação científica dedicadas à investigação e desenvolvimento em diversas áreas científicas.

O ano de 2024 foi particularmente relevante para essas estruturas, uma vez que teve lugar o período de avaliação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), responsável pela acreditação das unidades de I&D, respetiva classificação e consequente atribuição de financiamento para o quadriénio 2025/2029. Para a Universidade dos Açores os resultados foram muito positivos e evidenciaram de forma inequívoca a qualidade da investigação que se produz na academia. Esse processo foi ainda particularmente relevante atendendo ao resultado favorável referente à acreditação pela FCT do CUIP-Centro Universitário de Investigação em Psicologia, que passa a figurar no contexto nacional como novo centro FCT com um polo na UAc.

Considerando a UAc e a Fundação Gaspar Frutuoso como entidades de gestão, no ano de 2025, confirmou-se a tendência já iniciada no ano transato traduzida num aumento expressivo no número de contratos de projetos de I&D (figura 17). Para esse objetivo contribuiu o lançamento dos resultados dos projetos submetidos ao Programa Operacional Açores 2030, bem como ao Concurso de Projetos de IC&DT "Açores: Transição Ecológica – Espaço – Oceano".

Destaca-se também a participação cada vez mais evidente dos investigadores da UAc em convocatórias promovidas por outras fontes de financiamento, como é o caso do programa Erasmus+ K2, Interreg - Espaço Atlântico, Horizonte Europa, e outros.

Foram ainda aprovados projetos no contexto da 2.ª convocatória do programa Interreg MAC e submetidas 28 propostas à 3.ª convocatória daquele programa, cujos resultados deverão ser publicados até ao final do 1.º trimestre de 2026.

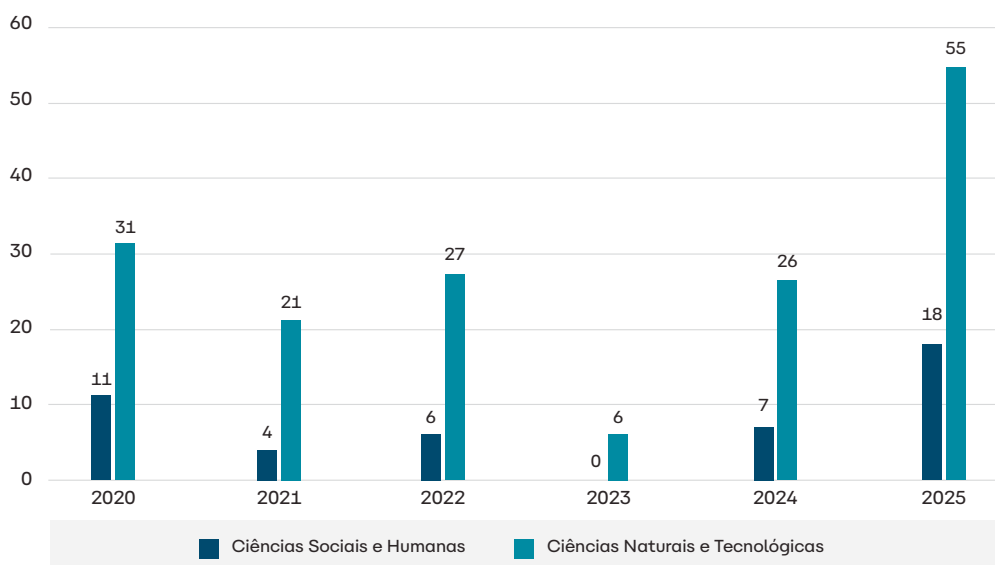


Figura 19 | Evolução do Total de Novos Contratos de Projetos de I&D por Área Científica

De ressaltar o aumento do financiamento decorrente da aprovação de projetos financiados ao abrigo de programas europeus como é o caso do programa Horizonte Europa. Para o valor do financiamento europeu também contribuíram os montantes aprovados no contexto da 2.ª convocatória do Capitalização Interreg MAC.

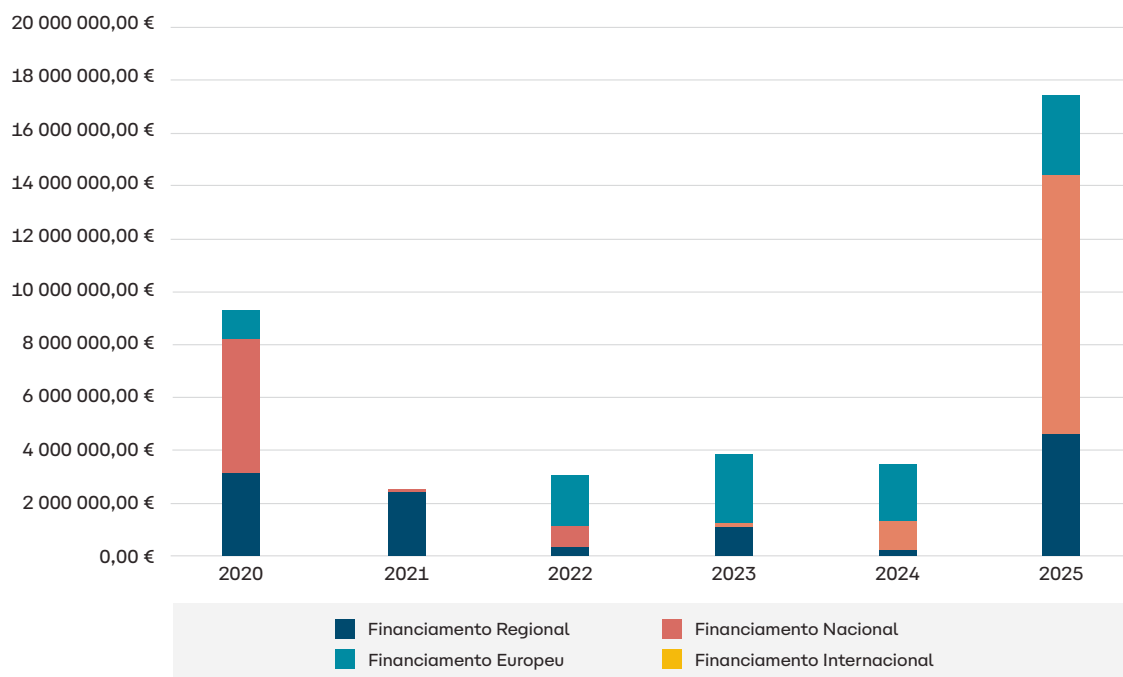


Figura 20 | Projetos de I&D - Tipo de Financiamento/Ano - Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

No que respeita aos serviços de I&D, observa-se uma tendência de manutenção dos números relativamente ao ano transato no que à área das Ciências Sociais e Humanas diz respeito.

Destaca-se nesse indicador o aumento significativo dos serviços prestados pela UAc e Fundação Gaspar Frutuoso na área das Ciências Naturais e Tecnológicas (figura 21).

O financiamento regional na área das Ciências Sociais e Humanas continua a ser o mais significativo, no entanto, em 2025 verificou-se um aumento da prestação de serviços a entidades nacionais, que já corresponde a 38% do valor total de financiamento (figura 22).

No que se refere à área das Ciências Naturais e Tecnológicas, o financiamento proveniente de entidades regionais é o mais expressivo, mas para esse indicador salienta-se 12% do financiamento em 2025 proveniente de entidades europeias (figura 23).

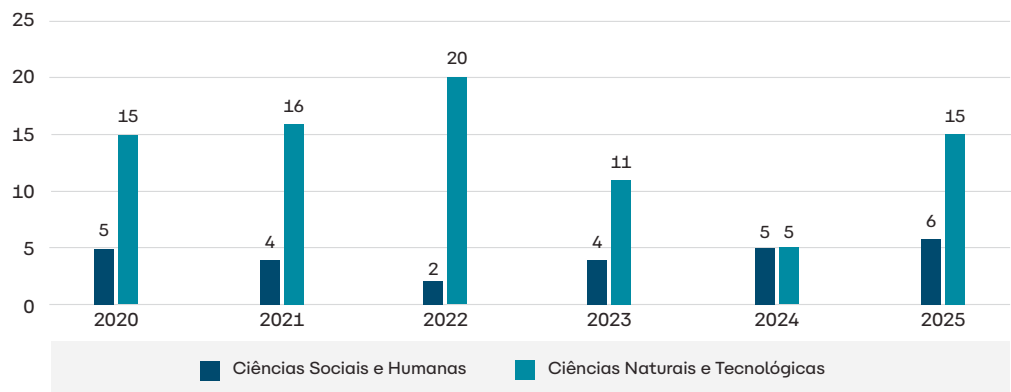


Figura 21 | Evolução do Total de Novos Contratos de Serviços de I&D por Área Científica

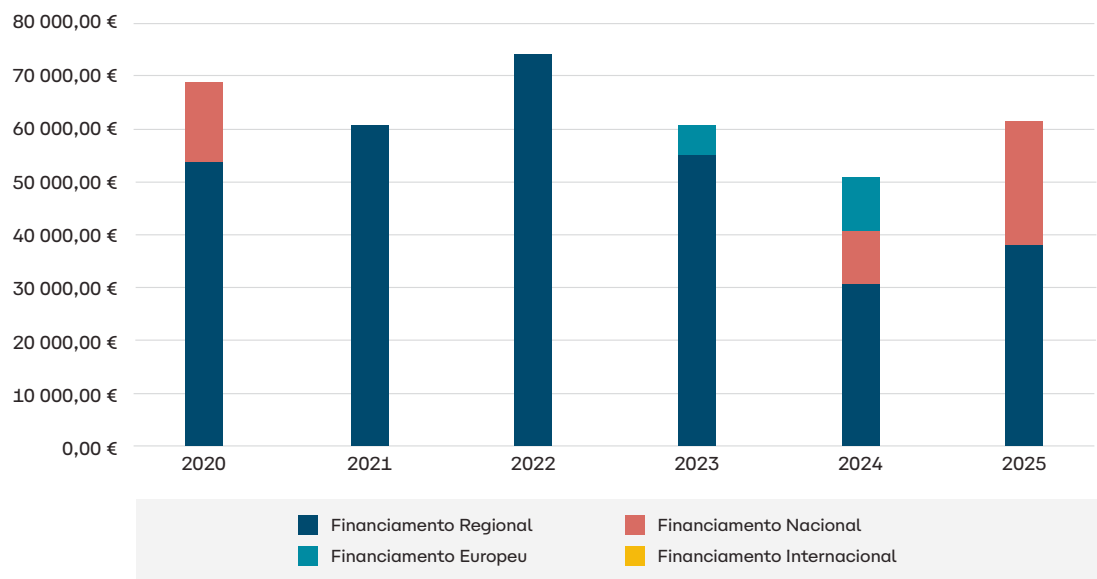


Figura 22 | Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano - Área das Ciências Sociais e Humanas

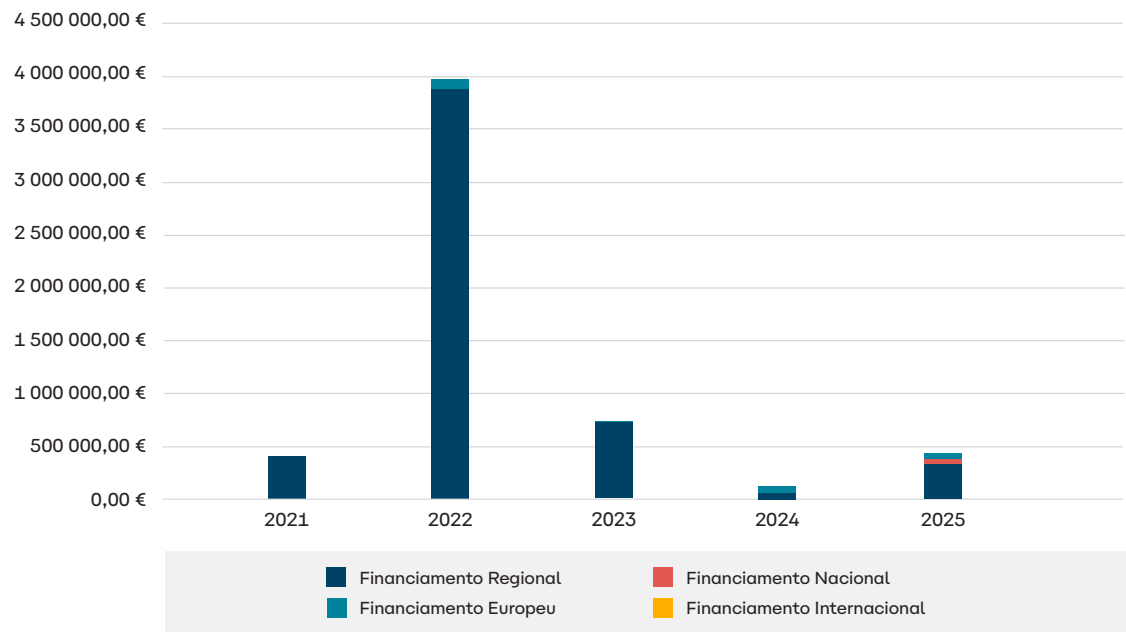


Figura 23 | Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

No item relativo a Outras Iniciativas de I&D inclui-se, designadamente, o financiamento de atividades relacionadas com a organização de eventos científicos, a participação em congressos e reuniões científicas e o apoio a publicações científicas. Em 2025, não se registaram grandes alterações, sendo que os números apresentados estão a par com a média dos últimos anos (figura 24). O financiamento regional continua a ser o mais determinante para este indicador, destacando-se apenas em 2025 um valor pouco expressivo de financiamento proveniente de entidades nacionais (figuras 25 e 26).

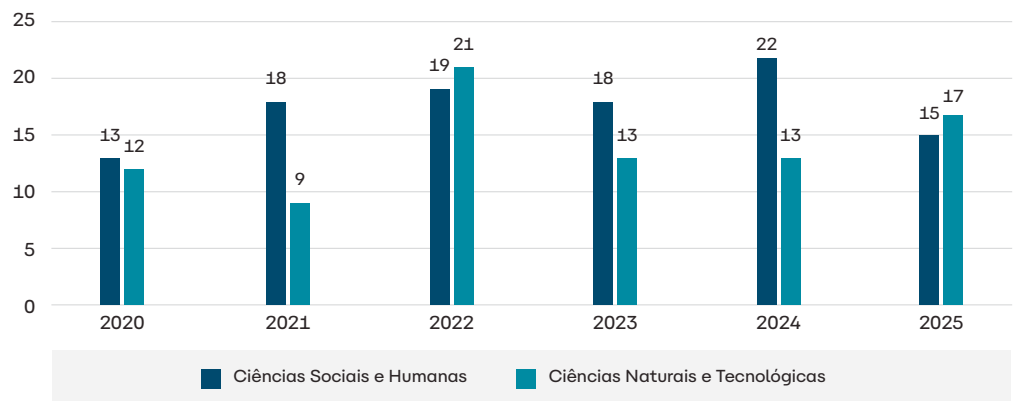


Figura 24 | Evolução do Total de Novos Contratos de Outras Iniciativas de I&D
por Área Científica

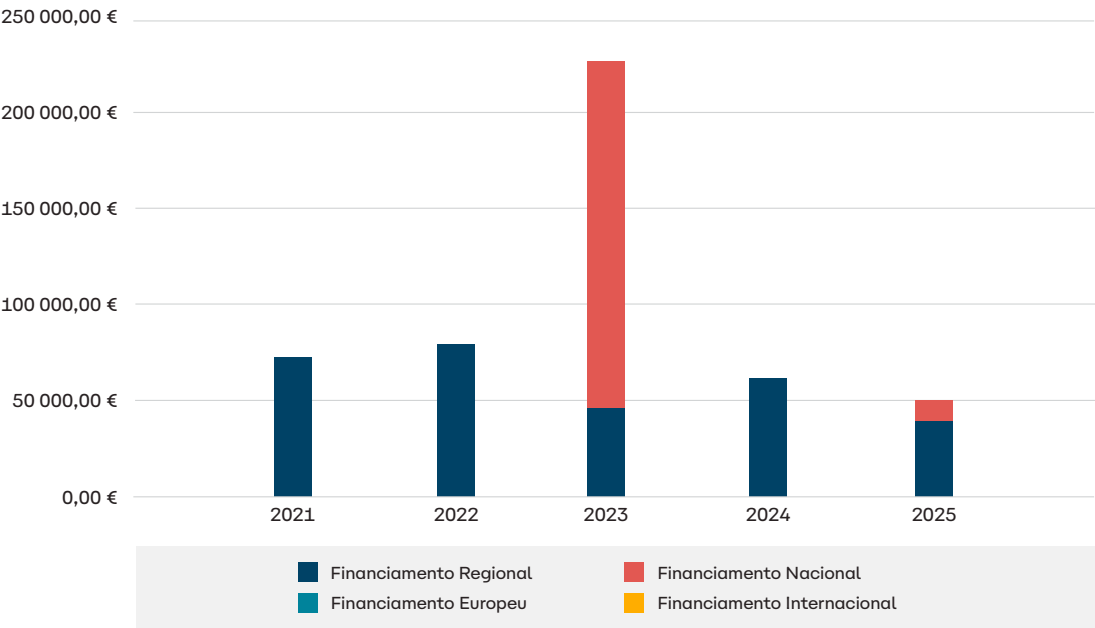


Figura 25 | Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Sociais e Humanas

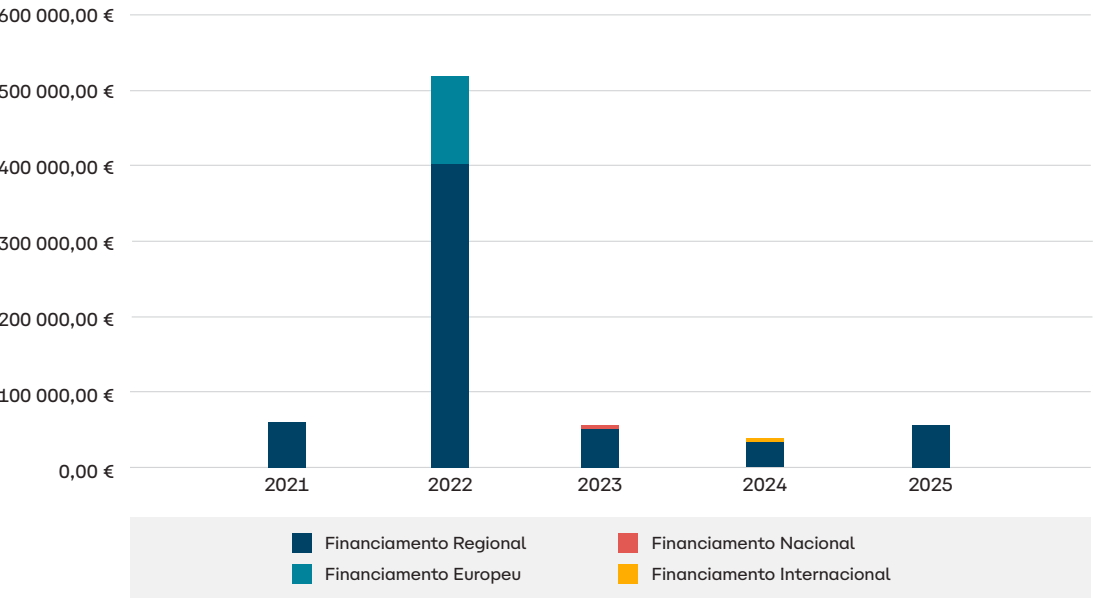


Figura 26 | Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

A InUAc - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores—consolida-se como a entidade estratégica de interface entre a academia e a sociedade, desempenhando um papel central na promoção do empreendedorismo, da inovação e da transferência de conhecimento. A sua atuação é determinante para a valorização do conhecimento gerado na academia, assegurando a sua proteção e exploração, e contribuindo de forma direta para o reforço do tecido empresarial açoriano e para o desenvolvimento sustentável da Região.

No que à InUAc – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores diz respeito, no ano de 2025 destacou-se a atuação do Núcleo de Valorização e Transferência do Conhecimento (NVTC), apoiado pela estrutura GAPI InUAc, no reforço da proteção e valorização da propriedade intelectual, na articulação entre academia e empresas e na promoção de uma cultura de valorização do conhecimento na UAc. Na vertente do empreendedorismo, o Núcleo de Incubação (NI) deu continuidade ao Programa de Incubação, acompanhando projetos alinhados com a RIS3 Açores, através de um apoio próximo e orientado para a sua integração no ecossistema regional de inovação e para a captação de financiamento.

Com o objetivo de estruturar e dar maior visibilidade às competências científicas e tecnológicas da UAc, a InUAc desenvolveu o “Catálogo de Competências e Tecnologias da UAc”, em articulação com as Unidades de Investigação, Faculdades e equipa de comunicação, constituindo um instrumento estratégico de promoção da oferta científica e tecnológica e de estímulo à colaboração com entidades regionais, nacionais e internacionais.

A InUAc reforçou o seu posicionamento estratégico através do desenvolvimento de instrumentos estruturantes, da integração de redes e da participação em projetos nacionais e internacionais, que funcionam como âncoras para a concretização da sua missão. Em 2025, assumiu ainda um papel ativo na definição de políticas públicas de I&D, com uma candidatura aprovada para liderar um consórcio regional para a definição de Missões Regionais alinhadas com a RIS3 Açores.

O reforço da integração em redes estratégicas e o reconhecimento do seu impacto no “Estudo sobre o Impacto da UAc no Ecossistema da Região Autónoma dos Açores” confirmam a InUAc como um agente-chave na afirmação de uma universidade mais inovadora, empreendedora e comprometida com o desenvolvimento económico e social dos Açores.



Figura 27 | Atividades desenvolvidas pela InUAc em 2025

4.10 Infraestruturas Tecnológicas e Edificado

Tecnologias de Informação e Comunicação

Durante o ano de 2025, a Universidade dos Açores prosseguiu a modernização da sua infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação, com particular incidência na consolidação da infraestrutura de virtualização, na melhoria das condições do centro de dados, no reforço da segurança informática e na atualização de plataformas de suporte à atividade académica e administrativa.

No âmbito dos centros de dados, foi realizada a transição para um novo espaço dedicado ao centro de dados institucional, proporcionando melhores condições ao nível da segurança física, capacidade elétrica, organização de bastidores e controlo térmico. Em paralelo, foi implementada uma nova infraestrutura de armazenamento no polo da Horta, destinada a suportar a virtualização e os sistemas de cópias de segurança, reforçando a redundância e a capacidade de recuperação de dados.

Ao nível dos sistemas, foi concluída a descontinuação da plataforma de virtualização baseada em *VMware*, com migração integral para a plataforma *Proxmox* VE. Esta alteração permitiu reduzir custos de licenciamento e aumentar a autonomia técnica na gestão da infraestrutura computacional.

No domínio das redes, procedeu-se à instalação e configuração de novos *switches* PoE das marcas Fortinet e Cisco, melhorando a alimentação elétrica e a gestão de equipamentos, em particular pontos de acesso sem fios, permitindo gestão centralizada e maior controlo do tráfego. Adicionalmente, os equipamentos Fortigate dos polos de Angra do Heroísmo e da Horta foram configurados como servidores DNS locais, melhorando o desempenho e a resiliência da resolução de nomes.

No plano da gestão de identidades, foram implementadas melhorias na gestão de contas e permissões, incluindo a descontinuação de contas de serviço e a sua substituição por grupos de distribuição, promovendo maior eficiência e segurança.

No âmbito da colaboração com infraestruturas nacionais, a universidade aderiu ao serviço IOC-AS-A-SERVICE da Fundação para a Computação Científica Nacional, reforçando as capacidades de deteção de incidentes de segurança. Foi ainda configurado o acesso federado à plataforma Eunicoast, facilitando o acesso a recursos de investigação.

Por último, foram realizadas intervenções em serviços específicos, incluindo a migração da plataforma VoIP para uma arquitetura baseada em contentorização e a migração do sistema NONIO para a nuvem da Amazon Web Services, aumentando a disponibilidade, escalabilidade e facilidade de manutenção.

Estas intervenções refletem o esforço contínuo de modernização e racionalização da infraestrutura tecnológica, garantindo maior fiabilidade dos serviços digitais e reforçando os mecanismos de segurança e gestão.

Edificado: Investimento e Manutenção

Durante o ano de 2025, a Universidade dos Açores assegurou um conjunto alargado de intervenções nas infraestruturas físicas dos seus polos, com maior incidência no polo de Ponta Delgada, enquadradas numa lógica de investimento, requalificação e manutenção contínua. Estas intervenções foram financiadas por verbas da tripolaridade e do contrato-programa DGES, complementadas por receitas próprias, num montante global próximo dos 350 mil euros, distribuído por quatro eixos principais.

Reabilitação e conservação do edificado - As intervenções centraram-se na preservação estrutural, melhoria das condições de utilização e prolongamento do ciclo de vida das infraestruturas.

Qualificação e adaptação de espaços - As intervenções incidiram na modernização de espaços pedagógicos, laboratoriais e de apoio, com vista à melhoria das condições de ensino, investigação e acessibilidade.

Infraestruturas técnicas e especializadas - As intervenções neste eixo incidiram na modernização e reforço das infraestruturas técnicas de suporte.

Eficiência energética, manutenção e operação - Este eixo integrou intervenções de manutenção preventiva e corretiva, bem como medidas de eficiência energética.

A informação mais detalhada destas intervenções poderá ser consultada no Relatório de Atividades e Contas 2025 da UAc.

5. Demonstrações Financeiras Consolidadas

5.1 Balanço Consolidado

Rubricas	Notas	Euros	
		Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	65 966 772,81	57 530 302,58
Ativos intangíveis	3	30 106,95	22 589,23
Participações financeiras	18 (a)	114 803,21	126 103,60
		66 111 682,97	57 678 995,41
Ativo corrente			
Inventários	10	122 054,29	125 596,19
Devedores por transferências e subsídios	18 (b)	12 302 107,58	3 396 956,05
Clientes, contribuintes e utentes	18 (c)	2 370 629,59	2 190 718,72
Estado e outros entes públicos	23 (a)	3 354,40	29 325,02
Outras contas a receber	18 (d)	631 761,63	721 192,03
Diferimentos	23 (b)	226 820,40	132 566,07
Caixa e depósitos	1	19 880 125,39	16 226 659,68
		35 536 853,28	22 823 013,76
Total do ativo		101 648 536,25	80 502 009,17
Património Líquido			
Património/Capital		7 149 701,61	7 149 701,61
Reservas		1 126 353,84	1 126 353,84
Resultados transitados		(773 285,79)	(3 456 595,64)
Outras variações no património líquido		54 600 065,53	55 020 085,09
Resultado líquido do período		2 887 674,33	3 030 347,85
Total do Património Líquido	18 (f)	64 990 509,52	62 869 892,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 867 160,42	1 765 358,37
Diferimentos	23 (b)	9 747 436,38	2 210 908,00
Outras contas a pagar		59,10	587,61
		11 614 655,90	3 976 853,98
Passivo corrente			
Fornecedores	18 (e)	159 010,66	133 618,43
Estado e outros entes públicos	23 (a)	383 153,76	86 854,82
Fornecedores de investimentos	18 (e)	610 445,67	48 822,15
Outras contas a pagar	18 (e)	16 505 145,46	6 701 854,42
Diferimentos	23 (b)	7 385 615,28	6 684 112,62
		25 043 370,83	13 655 262,44
Total do Passivo		36 658 026,73	17 632 116,42
Total do Património Líquido e Passivo		101 648 536,25	80 502 009,17

5.2 Demonstração de Resultados Consolidada

Rendimentos e Gastos	Euros		
	Períodos		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Impostos de taxas	14	3 196 279,94	2 980 343,07
Vendas	13	504 561,77	626 713,72
Prestações de serviços	13	2 761 419,63	3 550 519,30
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	29 120 996,71	29 299 062,69
Variações nos inventários da produção	10	6 435,00	20 735,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(278 976,57)	(436 162,07)
Fornecimentos e serviços externos	23 (c)	(6 249 248,83)	(6 744 599,40)
Gastos com pessoal	19	(25 386 647,36)	(25 505 924,32)
Transferências e subsídios concedidos	23 (e)	(518 455,07)	(483 379,61)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18 (c)	4 465,66	(1 214,94)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(150 039,05)	(66 495,03)
Outros rendimentos e ganhos	13	1 735 093,34	1 512 877,88
Outros gastos e perdas	23 (e)	(328 779,37)	(241 480,93)
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros		4 417 105,80	4 510 995,36
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	(1 722 150,19)	(1 591 349,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 694 955,61	2 919 645,46
Juros e rendimentos similares obtidos	13	193 650,64	110 733,30
Juros e gastos similares suportados		(0,42)	(5,04)
Resultados antes de impostos		2 888 605,83	3 030 373,72
Imposto sobre o rendimento	23 (a)	(931,50)	(25,87)
Resultado líquido do período		2 887 674,33	3 030 347,85
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		2 887 674,33	3 030 347,85
Interesses que não controlam		-	-
		2 887 674,33	3 030 347,85

5.3 Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

		Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Interesses que não Controlam	Total
Descrição	Notas	Património realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras Var. no Património Líquido	Resultado Líquido no Período	Total		
A 1 de janeiro de 2024		7 149 701,61	116 071,66	1 010 282,18	(6 718 257,79)	55 418 642,80	3 261 662,15	60 238 102,61	-	60 238 102,61
Alterações no Período										
Aplicação do resultado líquido de 2023		-	-	-	3 261 662,15	-	(3 261 662,15)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	(398 557,71)	-	(398 557,71)	-	(398 557,71)
		-	-	-	3 261 662,15	(398 557,71)	(3 261 662,15)	(398 557,71)	-	(398 557,71)
Resultado Líquido do Período							3 030 347,85	3 030 347,85	-	3 030 347,85
Resultado Integral							3 030 347,85	3 030 347,85	-	3 030 347,85
Operações com Detentores de Capital no Período										
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2024	18 (f)	7 149 701,61	116 071,66	1 010 282,18	(3 456 595,64)	55 020 085,09	3 030 347,85	62 869 892,75	-	62 869 892,75

		Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe								
		Património realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras Var. no Património Líquido	Resultado Líquido no Período		Interesses que não Controlam	Total
Descrição	Notas							Total		
A 1 de janeiro de 2025		7 149 701,61	116 071,66	1 010 282,18	(3 456 595,64)	55 020 085,09	3 030 347,85	62 869 892,75	-	62 869 892,75
Alterações no Período										
Aplicação do resultado líquido de 2024		-	-	-	3 030 347,85	-	(3 030 347,85)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	(347 038,00)	(420 019,56)	-	(767 057,56)	-	(767 057,56)
		-	-	-	2 683 309,85	(420 019,56)	(3 030 347,85)	(767 057,56)	-	(767 057,56)
Resultado Líquido do Período							2 887 674,33	2 887 674,33	-	2 887 674,33
Resultado Integral							2 887 674,33	2 887 674,33	-	2 887 674,33
Operações com Detentores de Capital no Período										
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2025	18 (f)	7 149 701,61	116 071,66	1 010 282,18	(773 285,79)	54 600 065,53	2 887 674,33	64 990 509,52	-	64 990 509,52

5.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Rubricas	Notas	Euros	
		Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 544 539,90	3 478 475,38
Recebimentos de utentes		3 898 511,18	4 058 017,47
Pagamentos a fornecedores		(6 336 952,83)	(7 245 000,23)
Pagamentos ao pessoal		(25 764 324,79)	(25 926 941,18)
Caixa gerada pelas operações		(25 658 226,54)	(25 635 448,56)
Outros recebimentos/pagamentos		29 145 724,81	28 573 820,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais		3 487 498,27	2 938 371,78
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8 615 756,32)	(1 108 727,91)
Ativos intangíveis		(14 381,00)	(10 268,00)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	3 929,93
Subsídios ao investimento		8 785 348,49	290 840,93
Investimentos financeiros		10 756,69	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		165 967,86	(824 225,05)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(0,42)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(0,42)	-
Variação de caixa e seus equivalentes		3 653 465,71	2 114 146,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 226 659,68	14 112 512,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	19 880 125,39	16 226 659,68
Conciliação entre Caixa e seus equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 226 659,68	14 112 512,95
Equivalentes a caixa no início do período		16 226 659,68	14 112 512,95
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no início do período		(67 470,66)	(91 068,59)
Saldo da gerência anterior		16 159 189,02	14 021 444,36
De execução orçamental		15 427 898,97	13 324 099,86
De operações de tesouraria		731 290,05	697 344,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19 880 125,39	16 226 659,68
Equivalentes a caixa no fim do período		19 880 125,39	16 226 659,68
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no fim do período		(105 429,71)	(67 470,66)
Saldo para a gerência seguinte		19 774 695,68	16 159 189,02
De execução orçamental		18 352 676,25	15 427 898,97
De operações de tesouraria		1 422 019,43	731 290,05

5.5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O Grupo Público Universidade dos Açores, é composto pela entidade-mãe, sendo esta a Universidade dos Açores e pelas entidades controladas que são o SASE - Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, Fundação Gaspar Frutuoso FP e Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal, Lda.

1.1. Identificação da entidade que controla

- a) Designação da entidade: UAc - Universidade dos Açores.
Contribuinte: 512017050;
- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada;
- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento;
118050200 – Plano;
- d) Tutela: Ministério da Educação, Ciência e Inovação.
- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Entidade foi fundada em 9 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto e pelo Despacho Normativo n.º 8/2022, de 22 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106 de 1 de junho de 2022, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de consulta da Entidade:

- O Senado;
- O Conselho das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação;
- O Conselho das Unidades de Investigação.

Em 31 de Dezembro de 2025, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitora (Presidente): Susana da Conceição Miranda Silva Mira Leal;
- Administradora (Vogal): Cíntia Ricardo Reis Machado;
- Vice-Reitor (Vogal): Francisco Cipriano da Cunha Martins;
- Vice-Reitora (Vogal): Suzana Nunes Caldeira;
- Vice-Reitor (Vogal): Artur José Freire Gil.

Em conformidade com o previsto na NCP 22 – Demonstrações financeiras consolidadas, não foram excluídas do processo de consolidação, quaisquer entidades em que se verifiquem as condições de controlo.

As entidades controladas incluídas no perímetro de consolidação financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

Entidade	Sede	% Detida	Referencial Contabilístico	Método Consolidação
SASE - Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores	P. Delgada	100,00%	SNC-AP	Simple Aggregação
Fundação Gaspar Frutuoso, FP	P. Delgada	100,00%	SNC-AP	Integral
Chegalvorada - Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal Lda	A. Heroísmo	100,00%	SNC	Integral

SASE – Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores

Os Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, adiante designados como SASE, têm sede no *campus* Universitário de Ponta Delgada. São uma pessoa coletiva de direito público que goza de autonomia administrativa e financeira, nos termos da lei, dos Estatutos da Universidade dos Açores (UAc) e de acordo com o Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Despacho 13006/2015 publicado no Diário da República – 2.ª Serie n.º 224 - 16 de novembro de 2015.

Os SASE desenvolvem a sua atividade nas áreas da atribuição de bolsas de estudo, de alojamento, da alimentação, do desporto, da cultura e do apoio médico. Os SASE são constituídos por três grandes sectores localizados nos *campi* de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, com dependência direta do Diretor Executivo.

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP, é uma Fundação Pública de Direito Privado, sita no *campus* Universitário de Ponta Delgada com o contribuinte 512 058 407, é dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos regulamentos internos, lei-quadro das fundações e demais legislação aplicável, conforme artigo I dos mesmos publicados em Diário da República, 2.ª série, n.º 191/2015.

Foi constituída por escritura a 4 de março de 1999 e tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Universidade dos Açores (UAç), fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal, Lda.

Chegalvorada – Produção, exploração e gestão agrícola unipessoal, Lda., adiante designada Chegalvorada, sita em Angra do Heroísmo, com o número de contribuinte 512 402 305 é uma sociedade unipessoal por quotas que tem como objetivo a produção, exploração e gestão agrícola das estações experimentais do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores (UAç), cujo capital social é totalmente detido pela Universidade dos Açores.

A Chegalvorada prepara as demonstrações financeiras de acordo com a norma do SNC aplicável às microentidades, pelo que faz parte do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras, e encontra-se excluída do perímetro de consolidação das demonstrações orçamentais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Universidade dos Açores tinha participações noutras entidades sobre as quais não exerce controlo:

Entidades Denominação	NIF	Natureza da Entidade	Sede
Observatório de Turismo dos Açores	512 098 140	Associação de direito privado sem fins lucrativos	Ponta Delgada
INOVA	512 024 235	Associação de direito privado sem fins lucrativos	Ponta Delgada
ADFMA	515 355 674	Associação de direito privado sem fins lucrativos	Horta
BIOTECH SYNERGY LDA	517 666 251	Sociedade por quotas	Angra do Heroísmo
CIVISA	512 106 444	Associação de direito privado sem fins lucrativos	Ponta Delgada
IMAR	502 776 463	Associação de direito privado sem fins lucrativos	Horta
IBBA	512 105 952	Associação de direito privado sem fins lucrativos	Angra do Heroísmo

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao

Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Princípios de consolidação

A consolidação das entidades controladas que estão identificadas na Nota 1.1 efetuou-se pelo método de agregação simples e o método da consolidação integral. As entidades controladas são aquelas em que a UAc tem capacidade para orientar as suas atividades relevantes ou detém direitos a benefícios variáveis e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando tem o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de determinada entidade de modo a obter benefícios variáveis, detendo mais de metade dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio ou quando esse poder deriva de acordos vinculativos.

A aquisição das entidades controladas é registada pelo seu custo de aquisição, que inclui eventuais despesas adicionais de aquisição, o qual é mantido pelo seu valor original na data de relato, exceto se houver uma perda por imparidade.

Os saldos existentes e transações ocorridas significativas entre as entidades controladas incluídas na consolidação integral foram eliminados, nomeadamente dívidas entre entidades, bem como, os rendimentos e gastos relativos às operações ocorridas entre as entidades incluídas na consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas entidades controladas é apresentado como interesses que não controlam.

Quando as perdas acumuladas de uma entidade controlada atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse minoritário no seu património líquido, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como ganhos até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas sejam recuperadas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração dos ativos e passivos aplicáveis adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são os previstos no SNC-AP, sendo feitos, quando aplicável, ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras das entidades controladas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo.

Todas as entidades integradas na prestação de contas consolidadas da UAc utilizam o SNC-AP, exceto a Chegalvorada que prepara as demonstrações financeiras em SNC aplicável às entidades em geral, não tendo no processo de reclassificação das contas resultado qualquer necessidade de alterações dos critérios de mensuração aplicados.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 12 de junho de 2026, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas.

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	1 000 877,56	2 716 659,68
Depósitos à ordem no Tesouro	689 480,10	2 516 962,63
Depósitos bancários à ordem	311 397,46	199 697,05
Equivalentes de caixa	18 879 247,83	13 510 000,00
Certificados Especiais Dívida do Tesouro	18 879 247,83	13 510 000,00
Total de caixa e depósitos	19 880 125,39	16 226 659,68

O grupo público detinha, em 31 de dezembro de 2025, o valor de 18.879.247,83 euros em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), de acordo com o despacho 14343/2022, do Ministério das Finanças. Os CEDIC são aplicação de muito curto prazo passíveis de mobilização quase imediata, integrando o conceito de equivalente de caixa de acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º1.

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras. O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes resumem como segue:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

b) Imparidades de ativos não correntes

O Grupo avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciables e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

d) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades controladas e os investimentos em associadas com influência significativa são mensuradas pelo método do custo. As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial do Grupo Público corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.

(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando o Grupo (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a

quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. O Grupo mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

O Grupo quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras públicas e privadas, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Grupo cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

As transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

l) Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes, já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, o Grupo tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

m) Especialização de gastos e rendimentos

O Grupo regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos (periodização económica) e diferimentos (rendimentos e gastos a reconhecer).

O rendimento de propinas é reconhecido na proporção dos serviços prestados ao longo do correspondente período letivo. O Grupo público reconhece o direito a receber de propinas no momento da inscrição dos alunos e periodiza o rendimento mensalmente numa base proporcional à duração do ano letivo, sendo 4/12 (setembro a dezembro) reconhecido como rendimento do período (ano da inscrição no ano letivo) e, os restantes 8/12, são diferidos (rendimento diferido) e reconhecidos como rendimento no ano seguinte, em consonância com o regime de acréscimo.

n) Imposto sobre o rendimento

Com exceção da Chegalvorada, todas as entidades estão isentas de liquidação de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes e os impostos diferidos desta entidade, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou no património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas se forem considerados materialmente significativos.

2.3 Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2025, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas; no entanto, destaca-se que os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento do ensino superior que sejam garantidos a nível do Orçamento de Estado, que num ambiente de enormes exigências legais poderão não garantir uma equilibrada cobertura das obrigações de natureza diversa que terão de ser anualmente cumpridas.

2.5 Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo Grupo no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existentes à data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de exigência que estão associados e regulamentados; (ii) aos riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) dificuldade em determinar a elegibilidade e a recuperabilidade financeira dos gastos incorridos nos projetos de investigação científica, desenvolvimento experimental e tecnológico financiados por entidades externas, (iv) contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pelo Grupo; e (v) responsabilidades devidas pela UAc com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

2.7 Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2025 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - Ativos intangíveis

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

As vidas úteis dos ativos intangíveis são estimadas com base na utilidade esperada do ativo, utilizando como referência as vidas úteis previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que faz parte integrante do SNC-AP, aprovado pelo decreto de lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

b) Método de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método da linha reta ou quotas constantes.

c) Quantia escriturada bruta, amortização acumulada e movimentos no período

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era assim resumida:

Ativos Intangíveis	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Programas de computador e sistemas de informação	1 647 887,92	1 625 298,69	-	22 589,23	1 662 268,92	1 632 161,97	-	30 106,95
Total	1 647 887,92	1 625 298,69	-	22 589,23	1 662 268,92	1 632 161,97	-	30 106,95

Tabela 3.1 | Ativos Intangíveis – Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreram as seguintes variações:

Ativos Intangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)-(10)
Programas de computador e sistemas de informação	22 589,23	14 381,00	-	-	-	-	-6 863,28	-	-	30 106,95
Total	22 589,23	14 381,00	-	-	-	-	-6 863,28	-	-	30 106,95

Tabela 3.2 | Ativos Intangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

Ativos Intangíveis	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou Troca	Doação, Herança, Legado ou	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão Reestruturação	Outras	Adições
										Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	14 381,00	-	-	-	-	-	-	-	14 381,00
Total	0,00	14 381,00	-	-	-	-	-	-	-	14 381,00

Tabela 3.2 A | Ativos Intangíveis – Desagregação das Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram verificadas diminuições de Ativos Intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo público não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas

Tal como referido na nota 2.2 os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição ou de produção deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações foram calculadas utilizando o método da linha reta ou quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis são estimadas com base na utilidade esperada do ativo, utilizando como referência as vidas úteis previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que faz parte integrante do SNC-AP, aprovado pelo decreto de lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

d) **Quantia escriturada bruta, amortização acumulada e movimentos no período**

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 resume-se como segue:

Ativos Tangíveis	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	11 690 967,40	-	-	11 690 967,40	11 691 097,05	-	-	11 691 097,05
Edifícios e outras construções	46 846 865,55	5 545 712,01	-	41 301 153,54	46 846 865,55	6 216 852,00	-	40 630 013,55
Equipamento básico	23 961 865,59	20 434 792,32	-	3 527 073,27	24 499 085,88	20 700 092,43	-	3 798 993,45
Equipamento de transporte	857 914,91	767 755,24	-	90 159,67	855 614,47	784 188,21	-	71 426,26
Equipamento administrativo	11 076 754,16	10 563 744,80	-	513 009,36	11 149 669,58	10 605 690,61	-	543 978,97
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2 644 254,50	2 364 388,78	-	279 865,72	2 671 438,26	2 402 232,97	-	269 205,29
Ativos fixos tangíveis em curso	128 073,62	-	-	128 073,62	8 962 058,24	-	-	8 962 058,24
	97 206 695,73	39 676 393,15	-	57 530 302,58	106 675 829,03	40 709 056,22	-	65 966 772,81
Total	97 206 695,73	39 676 393,15	-	57 530 302,58	106 675 829,03	40 709 056,22	-	65 966 772,81

Tabela 5.1 | Ativos Fixos Tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreram as seguintes variações:

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+ (6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	11 690 967,40	129,65	-	-	-	-	-	-	-	11 691 097,05
Edifícios e outras construções	41 301 153,54	-	-	-	-	-	-671 139,99	-	-	40 630 013,55
Equipamento básico	3 527 073,27	1 075 479,95	7 650,00	-	-	-	-791 344,89	-	-19 864,85	3 798 993,45
Equipamento de transporte	90 159,67	13 611,21	-	-	-	-	-32 344,62	-	-	71 426,26
Equipamento administrativo	513 009,36	204 578,72	-	-	-	-	-173 413,87	-	-195,24	543 978,97
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	279 865,72	36 495,98	-	-	-	-	-47 043,54	-	-112,87	269 205,29
Ativos fixos tangíveis em curso	128 073,62	8 862 476,54	-	-	-	-	-	-	-28 491,92	8 962 058,24
	57 530 302,58	10 192 772,02	7 650,00	-	-	-	-1 715 286,91	-	-48 664,88	65 966 772,81
Total	57 530 302,58	10 192 772,02	7 650,00	-	-	-	-1 715 286,91	-	-48 664,88	65 966 772,81

Tabela 5.2 | Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

No período de 2025, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, referentes ao Grupo Público, ascenderam ao montante de 1.715.287 euros, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidadas.

											Adições
Ativos Fixos Tangíveis	Internas	Aquisições	Cessões	Transf. ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão Reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	129,65	-	-	-	-	129,65
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	1 069 591,65	-	-	-	5 888,27	-	-	-	-	1 075 479,92
Equipamento de transporte	13 611,21	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	13 611,21
Equipamento administrativo	-	204 578,72	-	-	-	-	-	-	-	-	204 578,72
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	14 880,71	21 615,27	-	-	-	-	-	-	-	-	36 495,98
Ativos fixos tangíveis em curso	-	8 862 476,54	-	-	-	-	-	-	-	-	8 862 476,54
	28 491,92	10 158 262,18	-	-	-	6 017,92	-	-	-	-	10 192 772,02
Total	28 491,92	10 158 262,18	-	-	-	6 017,92	-	-	-	-	10 192 772,02

Tabela 5.2 A | Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Adições

As adições de ativos fixos tangíveis registadas pelo Grupo Público, no período económico de 2025, totalizaram 10.192.772 euros, das quais 8.862.477 euros relacionadas com a construção das residências universitárias, cujo investimento se encontra em curso à data de 31 de dezembro de 2025. Note-se que as adições de ativos fixos tangíveis dizem essencialmente respeito a compras.

						Diminuições
Ativos Fixos Tangíveis	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão Reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	5 199,60	5 888,27	-	-	8 776,98	19 864,85
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	-	-	-	-	195,24	195,24
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	112,87	-	-	112,87
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	28 491,92	28 491,92
	5 199,60	5 888,27	112,87	-	37 464,14	48 664,88
Total	5 199,60	5 888,27	112,87	-	37 464,14	48 664,88

Tabela 5.2 B | Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Diminuições

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo Público não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	1 842,34	-	1 842,34
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	106 581,95	-	106 581,95
Produtos e trabalhos em curso	13 630,00	-	13 630,00
Total	122 054,29	-	122 054,29

Tabela 10.1 | Inventários

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos/ Gastos	Variações nos Inventários da Produção	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras Reduções Inventários	Outros Aumentos Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)+(4)- (5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	5 545,05	34 089,14	38 812,58	-	-	-	-	1 020,73	1 842,34
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	105 206,14	244 152,16	240 163,99	-	-	-	2 612,36	-	106 581,95
Produtos e trabalhos em curso	14 845,00	-	-	6 435,00	-	-	7 650,00	-	13 630,00
Total	125 596,19	278 241,30	278 976,57	6 435,00	-	-	10 262,36	1 020,73	122 054,29

Tabela 10.2 | Inventários: Movimentos do Período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos resultados de 2025, foi de 278.977 euros.

Em 31 de dezembro de 2025, a variação da produção apresentava um saldo de 6.435 euros.

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 têm a seguinte decomposição:

Tipo de Rendimento	31/12/2025	31/12/2024
Vendas	504 561,77	626 713,72
Prestações de serviços e concessões	2 761 419,63	3 550 519,30
Outros rendimentos e ganhos	1 735 093,34	1 512 877,88
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	193 650,64	110 733,30
Total rendimentos de transações com contraprestação	5 194 725,38	5 800 844,20

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de Rendimento	Rendimento do Período		Quantias por Receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos e taxas	3 196 279,94	-	1 872 072,97	1 808 425,47	-
Transferências sem condição	26 050 210,00	-	-	-	-
Transferências com condição	1 636 801,21	-	-	-	-
Subsídios sem condição	29 432,70	-	-	-	-
Subsídios com condição	1 404 552,80	614 629,46	3 396 956,05	12 242 107,58	122 601,84
Total	32 317 276,65	614 629,46	5 269 029,02	14 050 533,05	122 601,84

Os Impostos e taxas, no valor de 3.196.279,94 euros, refere-se essencialmente ao reconhecimento do rendimento proveniente das propinas.

A rubrica de Transferências e subsídios correntes sem condição inclui a dotação do Orçamento do Estado atribuído à Universidade dos Açores, relativa ao ano de 2025.

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

Rubricas	Quantia Escriturada Início 2025	Aumentos				Utilizações				Quantia Escriturada Final 2025
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	264 112,82	87 359,68	-	-	87 359,68	-	-	-	-	351 472,50
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	718 354,55	62 679,37	-	-	62 679,37	48 237,00	0,00	-	48 237,00	732 796,92
Outras provisões	782 891,00	-	-	-	-	-	-	-	-	782 891,00
Total	1 765 358,37	150 039,05	-	-	150 039,05	48 237,00	0,00	-	48 237,00	1 867 160,42

Rubricas	Quantia Escriturada Início 2024	Aumentos				Utilizações				Quantia Escriturada Final 2024
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	166 145,13	97 967,69	-	-	97 967,69	-	-	-	-	264 112,82
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	800 838,87	-	-	-	-	51 011,66	31 472,66	-	82 484,32	718 354,55
Outras provisões	782 891,00	-	-	-	-	-	-	-	-	782 891,00
Total	1 749 875,00	97 967,69	-	-	97 967,69	51 011,66	31 472,66	-	82 484,32	1 765 358,37

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pelo Grupo, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;
- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 1/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos em 31 de dezembro de 2025 é 331.230 euros (362.712 euros, em 31 de dezembro de 2024).

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho destes processos, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a estes processos é de 313.841 euros.

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão em 12 de junho de 2026 pelo Conselho de Gestão da Universidade dos Açores.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2025.

NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Ativos financeiros

a) Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo Público da Universidade dos Açores detinha as seguintes participações do património social das seguintes entidades:

Participações Financeiras	31/12/2025		31/12/2024	
	% Detida	Valor	% Detida	Valor
Observatório Regional do Turismo	22,00%	20 000,00	22,00%	20 000,00
INOVA	13,00%	92 354,30	13,00%	92 354,30
AUP - Associação das Universidades Portuguesas	0,00%	0,00	0,00%	0,00
ADFMA	15,40%	2 000,00	15,40%	2 000,00
Biotech Synergy, Lda	10,00%	300,00	10,00%	300,00
Fundo de compensação do trabalho	-	148,91	-	11 449,30
Sub-total	-	114 803,21	-	126 103,60
Imparidades acumuladas	-	-	-	-
Total	-	114 803,21	-	126 103,60

A Universidade dos Açores mantém ainda relações de participação institucional com o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), o Instituto do Mar (IMAR) e o Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA), embora as mesmas se encontrem registadas por valor nominal nulo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram reconhecidas imparidades como movimentos do período.

b) Devedores por transferências e subsídios

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica de Devedores por transferências e subsídios detalha-se do seguinte modo:

Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	31/12/2025	31/12/2024
Direção Regional da Ciência e Tecnologia	569 498,22	14 218,95
Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP	5 315 883,30	1 599 053,63
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	-	-
Fundação Calouste Gulbenkian	-	-
Fundo Regional de Ciência e Tecnologia	-	5 000,00
Comissão Europeia	1 834 576,83	552 599,19
Federação Nacional dos Apicultores Portugueses	-	-
DRFPE/DRCT - PO Açores 2020	3 107 163,11	30 723,53
PCT-MAC	1 025 446,43	1 069 088,83
Outras entidades	449 539,69	126 271,92
Total	12 302 107,58	3 396 956,05

O saldo a receber representado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é maioritariamente derivado de verbas devidas pelas entidades pelas entidades gestoras e financiadoras das diversas medidas e projetos a realizar no âmbito da atividade da Fundação Gaspar Frutuoso.

Em conformidade com a avaliação efetuada pela Administração desta entidade controlada em 31 de dezembro de 2025, os ativos são reconhecidos no balanço quando existe a probabilidade da ocorrência de atividades presentes e futuras para a Fundação e os ativos tenham um custo ou um valor que podia ser mensurado com fiabilidade, designadamente a aceitação e aprovação da entidade gestora e financiadora. Todos estes ativos estão restringidos quanto ao cumprimento das condições cuja atribuição lhe está associada, independentemente de já ter sido recebido.

c) Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica de resume-se como segue:

Clientes, contribuintes e utentes	31/12/2025	31/12/2024
Clientes, c/c	553 509,64	315 165,33
Utentes, c/c	1 817 119,95	1 875 553,39
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	643 981,38	648 447,04
Sub-total	3 014 610,97	2 839 165,76
Imparidades acumuladas	-643 981,38	-648 447,04
Total	2 370 629,59	2 190 718,72

O saldo da rubrica de Utentes é, essencialmente, constituído pelas propinas a receber do ano letivo em curso, de 2025/2026.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de perdas por imparidade acumulada:

Imparidade de contas a receber	01/01/2025	Reforço	Reversões	31/12/2025
Cientes	71 950,85	0,00	-12,00	71 938,85
Utentes	576 496,19	154 658,64	-159 112,30	572 042,53
Total	648 447,04	154 658,64	-159 124,30	643 981,38

Imparidade de contas a receber	01/01/2024	Reforço	Reversões	31/12/2024
Cientes	67 664,36	4 286,49	0,00	71 950,85
Utentes	579 567,74	174 716,51	-177 788,06	576 496,19
Total	647 232,10	179 003,00	-177 788,06	648 447,04

O montante líquido do movimento no ano teve um impacto (perdas) na demonstração dos resultados de 4.466 euros em 31 de dezembro de 2025 (perda em 2024 – 1.215 euros).

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas, por prudência, em montante igual ao dos utentes com cobrança duvidosa.

d) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica de Outras contas a receber resume-se como segue:

Outras contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Devedores por acréscimos de rendimentos	616 318,47	707 271,41
Cauções	12 160,50	12 160,50
Outros devedores	28 282,66	26 760,12
Sub-total	656 761,63	746 192,03
Imparidade acumulada	-25 000,00	-25 000,00
Total	631 761,63	721 192,03

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Passivos financeiros

e) Fornecedores e Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:

Fornecedores e outras contas a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores, c/c	159 010,66	133 618,43
Fornecedores de investimentos	610 445,67	48 822,15
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar	3 355 117,14	3 287 599,92
Outros acréscimos de gastos	178 206,76	185 130,24
Cauções de alunos	0,00	51 641,54
Credores por execução de subsídios e protocolos	11 521 698,45	2 483 502,11
Adiantamentos por conta de subsídios e protocolos	122 601,84	39 612,72
Outros credores	1 327 521,27	514 323,55
	16 505 145,46	6 701 854,42
Total	17 274 601,79	6 884 295,00

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Outras contas a pagar contempla a provisão para férias e subsídios de férias no montante de 3.355.117 euros (3.287.600 euros em 2024) e o valor das medidas e dos projetos de investigação aprovados e ainda não executados, no montante de 11.521.698 euros (2.483.502 euros em 2024). Estes montantes são reconhecidos no passivo enquanto os respetivos projetos se encontram em fase de desenvolvimento ou execução, sendo posteriormente transferidos para resultados ou para o património líquido, quando associados a ativos depreciáveis.

f) Património líquido

Os movimentos ocorridos nas contas classificadas no património líquido, em 31 de dezembro de 2025, resumem-se como se segue:

A 31 de dezembro de 2025							
Capital Próprio	Saldo Inicial	Subsídios Atribuídos	Imputação Subsídios	Correções	Aplicação de Resultados	Resultados do Ano	Saldo Final
Património	7 149 701,61	-	-		-	-	7 149 701,61
Reservas	1 126 353,84	-	-		-	-	1 126 353,84
Resultados transitados	-3 456 595,64	-	-	-347 038,00	3 030 347,85	-	-773 285,79
Outras variações no						-	
património líquido	55 020 085,09	1 029 149,59	-1 449 169,15		-	-	54 600 065,53
	59 839 544,90	1 029 149,59	-1 449 169,15	-347 038,00	3 030 347,85	-	62 102 835,19
Resultado líquido do período	3 030 347,85	-	-		-3 030 347,85	2 887 674,33	2 887 674,33
	62 869 892,75	1 029 149,59	-1 449 169,15	-347 038,00	-	2 887 674,33	64 990 509,52

NOTA 19 – Benefícios dos empregados

As responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de Natal e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada.

Assim sendo, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

- i) Como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 – Inventários), exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;
- ii) Como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução do dinheiro;
- iii) Como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídios de férias do período, que são somente pagas durante o período do relato seguinte.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:

Gastos com o Pessoal	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	640 739,74	604 760,26
Remunerações do pessoal	19 640 507,06	19 708 068,17
Indemnizações	189 391,41	303 673,17
Encargos sobre remunerações	4 723 523,53	4 726 081,57
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	23 840,18	34 842,91
Outros gastos com o pessoal	3 709,29	6 177,56
Outros encargos sociais	164 936,15	122 320,68
Total	25 386 647,36	25 505 924,32

Esta rubrica inclui gastos relativos a férias e subsídios de férias, referente ao período de 2025, sendo o seu pagamento estimado para o ano de 2026, no valor de 3.287.600 euros, que se encontram reconhecidos como passivo na rubrica de outras contas a pagar, discriminados na Nota 18, alínea (e).

Destacamos que o número de colaboradores do grupo está discriminado no Relatório de Gestão, do Grupo Público da Universidade dos Açores.

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A UAc está sob a tutela do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2025, a UAc tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Entidades Denominação	NIF	Natureza da Entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAc	672 001 926	Serviço da UAc com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	512 058 407	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	510 402 305	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

NOTA 21 - Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAc. De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006 na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.

NOTA 23 – Outras divulgações

Nos parágrafos são detalhadas algumas informações adicionais relevantes.

a) Estado e outros entes públicos

Os saldos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 com o Estado e outros entes públicos resumem-se como segue:

Estado e outros Entes Públicos	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	931,50	5 998,13	-
Retenções de imposto sobre o rendimento				
Trabalho dependente	-	23,00	-	30,00
Rendimentos profissionais	-	205,28	-	225,75
Prendimentos prediais	-	-	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a pagar	-	372 107,26	-	68 452,62
IVA - a recuperar	3 354,40	-	17 326,89	-
IVA - reembolsos pedidos	-	-	6 000,00	-
Imposto de selo	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social				
Segurança Social	-	9 886,72	-	18 146,45
Outros impostos	-	-	-	-
Total	3 354,40	383 153,76	29 325,02	86 854,82

O detalhe do imposto a pagar/(a recuperar) em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto corrente	931,50	25,87
Pagamentos por conta	-	(6 024,00)
Saldo final - IRC a pagar/(a recuperar)	931,50	(5 998,13)

b) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos do ativo era constituída por:

Diferimentos (Ativo)	31/12/2025	31/12/2024
Outros gastos a reconhecer	226 820,40	132 566,07
Total	226 820,40	132 566,07

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos do passivo era constituída por:

Diferimentos (Passivo)	31/12/2025	31/12/2024
Corrente		
Rendimentos da área da educação - propinas	1 746 039,25	1 807 338,46
Projetos de investigação	2 522 751,34	2 231 126,87
Rendimentos a reconhecer de Serviços Prestados	3 116 824,69	2 993 185,29
	7 385 615,28	6 684 112,62
Não corrente		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	9 747 436,38	2 210 908,00
	9 747 436,38	2 210 908,00
	17 133 051,66	8 895 020,62

O valor de 1.746.039 euros corresponde ao valor das propinas dos alunos inscritos ano letivo de 2025/2026, cujo reconhecimento como rendimento ocorrerá no ano de 2026.

O saldo a diferir de projetos de investigação, no valor de 2.522.751 euros, refere-se às verbas recebidas no âmbito de projetos de investigação relativamente aos quais os correspondentes gastos ainda não foram incorridos.

O valor de 3.116.825 euros, corresponde a rendimentos referentes a prestação de serviços cujo reconhecimento ocorrerá nos períodos seguintes.

Na rubrica de transferências e subsídios de capital obtidos com condições, classificada como passivo não corrente, encontra-se reconhecido o montante de 9.747.436 euros, correspondente ao financiamento atribuído, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a construção das residências universitárias, cujo investimento se encontra em curso.

c) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos, decompunha-se como se segue:

		Euros
Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos e parcerias	24 623,07	18 313,62
Serviços especializados	3 142 125,62	3 432 326,50
Materiais de consumo	586 879,88	714 604,38
Energia e fluidos	557 489,53	555 952,80
Deslocações, estadas e transportes	717 482,18	717 835,67
Serviços diversos	1 220 648,55	1 305 566,43
Total	6 249 248,83	6 744 599,40

d) Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos decompunha-se como se segue:

		Euros
Transferências e Subsídios Concedidos	31/12/2025	31/12/2024
Famílias	491 124,82	473 379,61
Entidades de setor não lucrativo (AAUA)	27 330,25	10 000,00
Total	518 455,07	483 379,61

O montante de 491.125 euros consiste à atribuição de bolsas de estudo e investigação, ao setor das Famílias.

e) Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outros gastos e perdas decompunha-se como se segue:

		Euros
Outros gastos e perdas	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e taxas	27 629,41	16 856,05
Perdas em inventários	176,56	530,98
Gastos em investimentos não financeiros	9 493,85	11 670,16
Outros	291 479,55	212 423,74
Total	328 779,37	241 480,93

6. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

6.1 Demonstração Consolidada
do Desempenho Orçamental - Recebimentos

Rubrica	Recebimentos	2025	2024
	Saldo de gerência anterior	15 159 189,02	14 021 444,36
	Operações orçamentais [1]	14 387 183,28	13 256 374,86
	Restituição do saldo operações orçamentais	40 715,69	67 725,00
	Operações de tesouraria [A]	731 290,05	697 344,50
	Receita corrente	35 400 576,33	34 343 002,74
R1	Receita fiscal	-	-
R11	Impostos diretos	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R2	Taxas, multas e outras penalidades	2 976 629,93	3 176 327,66
R3	Rendimentos de propriedade	193 650,64	110 733,30
R4	Transferências e subsídios correntes	28 695 582,49	26 730 518,47
R5	Transferências correntes	28 695 582,49	26 730 518,47
R511	Administrações Públicas	26 175 700,10	23 106 661,36
R5111	Administração Central - Estado	22 838 522,94	21 302 107,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	480 520,05	84 862,23
R5113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional	1 877 376,13	1 600 438,54
R5115	Administração Local	979 280,98	119 253,59
R512	Exterior - UE	2 157 979,96	2 818 362,01
R513	Outras	361 902,43	805 495,10
R52	Subsídios correntes	-	-
R6	Venda de bens e serviços	3 362 976,92	4 261 076,14
R7	Outras receitas correntes	171 736,35	64 347,17
	Receita de capital	9 632 127,67	2 502 200,70
R8	Venda de bens de investimento	-	435,42
R9	Transferências de Capital	9 632 127,67	2 501 765,28
R91	Transferências e subsídios de capital	9 632 127,67	2 501 765,28
R911	Administrações Públicas	9 632 127,67	2 501 765,28
R9111	Administração Central - Estado	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	9 632 127,67	2 501 765,28
R9113	Segurança Social	-	-
R9114	Administração Regional	-	-
R9115	Administração Local	-	-
R912	Exterior - UE	-	-
R913	Outras	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	120 498,02	56 481,99
	Receita efetiva [2]	45 153 202,02	36 901 685,43
	Receita não efetiva [3]	1 000 000,00	-
R12	Receita com ativos financeiros	1 000 000,00	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	60 540 385,30	50 158 060,29
	Operações de tesouraria [B]	2 200 036,12	889 849,76

6.2 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental - Despesas

Rubrica	Despesas	2025	2024
	Despesa corrente	33 665 421,76	33 614 159,20
D1	Despesas com o pessoal	26 452 717,84	26 643 530,78
D11	Remunerações certas e permanentes	21 055 258,11	21 120 599,94
D12	Abonos variáveis ou eventuais	527 834,38	670 907,48
D13	Segurança Social	4 869 625,35	4 852 023,36
D2	Aquisição de bens e serviços	5 726 408,77	5 918 906,94
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes	504 230,10	477 039,12
D41	Transferências correntes	504 230,10	477 039,12
D411	Administrações Públicas	17 330,25	-
D4111	Administração Central - Estado	-	-
D4112	Administração Central - Outras entidades	17 330,25	-
D4113	Segurança Social	-	-
D4114	Administração Regional	-	-
D4115	Administração Local	-	-
D412	Entidades do setor não lucrativo	10 000,00	10 000,00
D413	Famílias	476 899,85	466 342,12
D414	Outras	-	697,00
D42	Subsídios	-	-
D5	Outras despesas correntes	982 065,05	574 682,3
	Despesa de capital	8 522 287,29	1 116 002,12
D6	Aquisição de bens de capital	8 373 006,07	1 116 002,12
D7	Transferências e subsídios de capital	149 281,22	-
D71	Transferências de capital	149 281,22	-
D711	Administrações Públicas	149 281,22	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	149 281,22	-
D7113	Segurança Social	-	-
D7114	Administração Regional	-	-
D7115	Administração Local	-	-
D712	Instituições sem fins lucrativos	-	-
D713	Famílias	-	-
D714	Outras	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-
	Despesa efetiva [5]	42 187 709,05	34 730 161,32
	Despesa não efetiva [6]	-	-
D09	Despesa com ativos financeiros	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Soma [7]=[5]+[6]	42 187 709,05	34 730 161,32
	Operações de tesouraria [C]	-	855 904,21
	Saldo para a gerência seguinte	21 284 002,42	16 159 189,02
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	18 352 676,25	15 427 898,97
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	2 931 326,17	731 290,05
	Saldo global [2] - [5]	2 965 492,97	2 171 524,11
	Despesa primária	42 187 709,05	34 730 161,32
	Saldo corrente	1 735 154,57	728 843,54
	Saldo de capital	1 259 121,60	1 386 198,58
	Saldo primário	3 965 492,97	2 171 524,11
	Receita total [1] + [2] + [3]	60 540 385,30	50 158 060,29
	Despesa total [5] + [6]	42 187 709,05	34 730 161,32

6.3 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza - Direitos

Rubrica	Liquidações	2025	2024
	Receitas correntes	2 743 316,25	2 569 523,89
R1	Receita fiscal	-	-
R11	Impostos diretos	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R2		-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 077 922,51	2 208 263,09
R4	Rendimentos de propriedade		
R5	Transferências e subsídios correntes	61 545,50	1 045,50
R51	Transferências correntes	61 545,50	1 045,50
R511	Administrações Públicas	-	-
R5111	Administração Central - Estado	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	-	-
R5113	Segurança Social	-	-
R5114	Administração Regional	-	-
R5115	Administração Local	-	-
R512	Exterior - UE	-	-
R513	Outras	61 545,50	1 045,50
R52	Subsídios correntes	-	-
R6	Venda de bens e serviços	600 120,11	356 487,17
R7	Outras receitas correntes	3 728,13	3 728,13
	Receita de capital		
R8	Venda de bens de investimento	-	-
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	-
R91	Transferências de Capital	-	-
R911	Administrações Públicas	-	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	-
R9113	Segurança Social	-	-
R9114	Administração Regional	-	-
R9115	Administração Local	-	-
R912	Exterior - UE	-	-
R913	Outras	-	-
R92	Subsídios de Capital	-	-
R10	Outras receitas de Capital	-	-
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	25 000,00	25 000,00
	Receita efetiva [1]	2 768 316,25	2 594 523,89
	Receita não efetiva [2]	-	-
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros	-	-
	Receita total [3]=[1]+[2]	2 768 316,25	2 594 523,89

6.4 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza - Obrigações

Rubrica	Obrigações	2025	2024
	Despesa corrente	181 303,43	121 324,42
D1	Despesas com o pessoal	9 826,73	-
D11	Remunerações certas e permanentes	3 241,18	-
D12	Abonos variáveis ou eventuais	139,25	-
D13	Segurança Social	6 446,30	-
D2	Aquisição de bens e serviços	159 410,00	121 324,42
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes	9 000,00	-
D41	Transferências correntes	9 000,00	-
D411	Administrações Públicas	-	-
D4111	Administração Central - Estado	-	-
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D4113	Segurança Social	-	-
D4114	Administração Regional	-	-
D4115	Administração Local	-	-
D412	Entidades do setor não lucrativo	-	-
D413	Famílias	9 000,00	-
D414	Outras	-	-
D42	Subsídios correntes	-	-
D5	Outras despesas correntes	3 066,70	-
	Despesa de capital	644 001,35	108 048,28
D6	Aquisição de bens de capital	644 001,35	108 048,28
D7	Transferências e subsídios de capital	-	-
D71	Transferências de capital	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D7113	Segurança Social	-	-
D7114	Administração Regional	-	-
D7115	Administração Local	-	-
D712	Entidades do setor não lucrativo	-	-
D713	Famílias	-	-
D714	Outras	-	-
D72	Subsídios de capital	-	-
D8	Outras despesas de capital	825 304,78	229 372,70
	Despesa efetiva [5]	-	-
	Despesa não efetiva [6]	-	-
D09	Despesa com ativos financeiros	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Despesa total [7]=[5]+[6]	825 304,78	229 372,70

6.5 Anexo às Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Nota Introdutória

A Universidade dos Açores (também designada neste Anexo por UAc ou, quando considerada em conjunto com as restantes entidades que controla, Grupo) é uma pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica, património próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, que adota como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que prescreve a preparação de demonstrações orçamentais consolidadas que transmitam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas (“NCP”) expressas no sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tendo preparado as demonstrações consolidadas do desempenho orçamental e de direitos e obrigações por natureza.

As demonstrações orçamentais consolidadas são preparadas combinando as demonstrações orçamentais das entidades que compõem o perímetro de consolidação, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos. No sentido de as demonstrações orçamentais consolidadas apresentarem informação orçamental relativa às entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse, deve ser utilizado como método de consolidação: o método da consolidação simples.

A UAc é entidade-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações orçamentais consolidadas, que serão integradas no perímetro de consolidação do subsetor de administração central, não são consolidadas em outra entidade numa fase intermédia. Como entidade consolidante é responsável pela elaboração de documentos e elementos de apoio ao processo de consolidação orçamental, nomeadamente: o plano de contas central; o calendário das operações; as hierarquias de consolidação; o nível dos classificadores orçamentais a que será executada a consolidação; os procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações internas.

As entidades controladas pela UAc, que fazem parte do perímetro de consolidação orçamental, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

Entidade	Referencial		Método
	Sede	% Detida	
SASE - Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores	P. Delgada	100,00%	SNC-AP
Fundação Gaspar Frutuoso, FP	P. Delgada	100,00%	SNC-AP

A consolidação de contas da UAc foi feita em duas perspetivas (orçamental e financeira) correspondendo a cada uma delas, um perímetro de consolidação diferente. Na perspetiva orçamental, o perímetro de consolidação não compreende a Chegalvorada, entidade controlada que nos períodos contabilísticos reportados não se encontra incluída nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações orçamentais consolidadas

As presentes demonstrações orçamentadas consolidadas foram preparadas na base de caixa modificada e a partir dos registos contabilísticos da UAc e das entidades controladas mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, designadamente de acordo com NCP 26.

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato orçamental, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor e, depois, às disposições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações orçamentais consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras orçamentais.

Princípios de consolidação orçamental

A consolidação das entidades controladas que estão anteriormente identificadas efetuou-se pelo método da consolidação simples.

As entidades controladas são aquelas em que a UAc tem capacidade para orientar as suas atividades relevantes ou detém direitos a benefícios variáveis e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa e, condição necessária, que estejam incluídas nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

As contas das entidades controladas reportam-se ao mesmo período temporal e, sempre que uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, serão considerados os pagamentos e recebimentos realizados até à data em que abandonou o perímetro, mas não a sua posição de obrigações e liquidações apurada a essa data.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são preparadas combinando as demonstrações orçamentais anuais individuais homogeneizadas das entidades que compõem o perímetro de consolidação, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos, segundo a natureza das operações, constantes das demonstrações orçamentais.

Os saldos existentes e transações ocorridas significativas entre as entidades controladas incluídas na consolidação foram eliminados, nomeadamente na demonstração consolidada de direitos e obrigações, os créditos e débitos recíprocos por natureza registados, e na demonstração consolidada de desempenho orçamental os pagamentos e recebimentos, por natureza, resultantes de operações internas.

Os critérios aplicáveis adotados na preparação das demonstrações orçamentais individuais são os previstos no SNC-AP, sendo feitos, quando aplicável, ajustamentos e reclassificações apropriados às demonstrações orçamentais das entidades controladas de modo a assegurar a conformidade com as demonstrações orçamentais consolidadas.

Apresentação apropriada das demonstrações orçamentais consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse, nomeadamente das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos dessas entidades.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 12 de junho de 2026, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações orçamentais quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações orçamentais consolidadas.

Comparabilidade das demonstrações orçamentais consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações orçamentais consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior. Como já mencionado, não são mostrados os números comparativos da demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, sendo o método e procedimentos de consolidação adotado aplicado de forma consistente com o período contabilístico precedente, exceto no que concerne à demonstração consolidada de direitos e obrigações que não foi possível ser preparada com informação rigorosa.

Conciliação de caixa e seus equivalentes e a conta de gerência consolidadas das entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a conciliação entre o caixa e seus equivalentes das entidades controladas e o saldo de gerência das entidades que compreendem o perímetro de consolidação orçamental é assim representado:

	Euros	
Conciliação entre Caixa e seus Equivalentes e Saldo de Gerência	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e seus equivalentes no início do período	16 226 659,68	14 112 512,95
Equivalentes a caixa no início do período	16 226 659,68	14 112 512,95
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no início do período (Chegalvorada)	(67 470,66)	(91 068,59)
Saldo da gerência anterior	16 159 189,02	14 021 444,36
De execução orçamental	15 427 898,97	13 324 099,86
De operações de tesouraria	731 290,05	697 344,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 880 125,39	16 226 659,68
Equivalentes a caixa no fim do período	19 880 125,39	16 226 659,68
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no fim do período (Chegalvorada)	(105 429,71)	(67 470,66)
Saldo para a gerência seguinte	19 774 695,68	16 159 189,02
De execução orçamental	18 352 676,25	15 427 898,97
De operações de tesouraria	1 422 019,43	731 290,05

O Conselho de Gestão

Assinado por: **SUSANA DA CONCEIÇÃO MIRANDA SILVA MIRA LEAL**
Num. de Identificação: 09713088
Data: 2026.06.24 10:09:31+00'00'



Assinado por: **FRANCISCO CIPRIANO DA CUNHA MARTINS**
Num. de Identificação: 09805543
Data: 2026.06.24 10:12:48+00'00'



Assinado por: **CÍNTIA RICARDO REIS MACHADO**
Num. de Identificação: 10869258
Data: 2026.06.24 10:15:08+00'00'



Assinado por: **Suzana Nunes Caldeira**
Num. de Identificação: 06249679
Data: 2026.06.24 10:18:07+00'00'



Assinado por: **ARTUR JOSÉ FREIRE GIL**
Num. de Identificação: 10919665
Data: 2026.06.24 11:15:20+00'00'



7. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Universidade dos Açores** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 101.648.536 euros e um total de património líquido consolidado de 64.990.510 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 2.887.674 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Público **Universidade dos Açores** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Audit | Tax | Consulting

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Público;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, as demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo Público como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo Público e somos responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo Público que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo Público, não identificamos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 12 de junho de 2026

Assinado por: **Manuel Luís Fernandes Branco**
Num. de Identificação: 07802474
Data: 2026.06.12 16:35:42+00'00'

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores,

De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas Consolidadas da Universidade dos Açores do período findo em 31 de dezembro de 2025, os quais compreendem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por natureza consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidado, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como as demonstrações orçamentais consolidadas que compreendem a demonstração do desempenho orçamental consolidado, a demonstração da execução orçamental da receita consolidado, a demonstração da execução orçamental da despesa consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1. Durante o período acompanhámos, com periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Universidade dos Açores e das suas principais participadas, verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte de acordo com o normativo contabilístico aplicável e vigiámos pela observância da lei e dos estatutos.
2. No âmbito da consolidação de contas do Grupo Público:
 - Apreciámos os documentos de prestação de contas do período de 2025, das entidades integradas no perímetro de consolidação, e verificámos a sua conformidade com as disposições legais e estatutárias;
 - Examinámos o processo de consolidação de contas, tendo verificado que os procedimentos de consolidação e o perímetro de consolidação definidos pela Universidade dos Açores, estão em conformidade com o disposto do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP); e

- Verificámos que as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com o SNC-AP.

Com base no trabalho efetuado, emitimos a Certificação Legal de Contas Consolidadas da Universidade dos Açores do período findo em 31 de dezembro de 2025, que inclui uma opinião sem reservas.

Ponta Delgada, 12 de junho de 2026

O FISCAL ÚNICO

Assinado por: **Manuel Luís Fernandes Branco**
Num. de Identificação: 07802474
Data: 2026.06.12 16:32:23+00'00'

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(nº 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)